



RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

CURITIBA
abril /2007

RELATÓRIO OPERACIONAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Governo do Estado do Paraná
X
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Exercício de 2006

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Superintendente do PARANACIDADE
LUIZ FORTE NETTO

MEMBROS NATOS

Secretário de Estado da Fazenda
HERON ARZUA - Presidente

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
ENIO JOSÉ VERRI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES

MEMBROS EFETIVOS

Representante da Federação das Associações dos Municípios do Paraná
LUIZ ROBERTO PUGLIESI

Representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná
DARCI PIANA

Representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná
RODRIGO DA ROCHA LOURES FILHO

Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil
JOÃO SUPLICY

Representante do Instituto de Engenharia do Paraná
ANTONIO BORGES DOS REIS

II - DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente
LUIZ FORTE NETTO

Diretor de Administração e Finanças
ANTONIO ALDEMIR TOLEDO DA SILVA

Diretora de Operações
MIRYAM KRACHYCHYN

III – CARTA DO SUPERINTENDENTE

Curitiba, março de 2007.

Ao
**Conselho de Administração do
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.**
Nesta.

Senhores Conselheiros,

As atividades e ações desenvolvidas pelo PARANACIDADE, no exercício de 2006, foram estabelecidas no Plano de Ação Estratégica aprovado na 99ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 15 de dezembro de 2005.

Atendendo ao disposto na lei de criação do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, apresentamos à consideração dos Senhores membros do Conselho de Administração, o Relatório Operacional do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2006.

Este Relatório de forma consolidada apresenta as ações e atividades do PARANACIDADE em 2006 e também, as Demonstrações Contábeis do exercício com suas peças complementares, além do parecer técnico emitido pela empresa de auditoria externa BDO TREVISAN – Auditores Independentes.

Atenciosamente,

Luiz Forte Netto
Superintendente do PARANACIDADE

IV - SUMÁRIO

I	COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----	03
II	COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA -----	03
III	CARTA DO SUPERINTENDENTE -----	04
IV	SUMÁRIO -----	05
V	APRESENTAÇÃO -----	06
VI	RELATÓRIO OPERACIONAL – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----	07
VII	RELATÓRIO OPERACIONAL– DIRETORIA DE OPERAÇÕES -----	29
VIII	MAPAS -----	69
	• MAPA I – Escritórios Regionais da SEDU/PARANACIDADE -----	70
	• MAPA II – Associações de Municípios -----	72
	• MAPA III – Sistema de Financiamento de Ações Municipais; Desenvolvimento do Setor Municipal; Municípios com Projetos em andamento -----	74
	• MAPA IV – Sistema de Financiamento de Ações Municipais; Infra-estrutura Básica Municipal; Municípios com projetos em andamento-----	76
	• MAPA V – Programa Estadual de Obras Municipais; e Municípios com Projetos em andamento -----	78
IX	ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS -----	80
	• Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE -----	82
	• Demonstrativos Orçamentários FDU -----	88
	• Demonstrativo Gerencial das Origens e Aplicações de Recursos -----	94
	• Demonstrações Contábeis -----	97
	• Auditoria Externa -----	122
X	ANEXO -----	155

V - APRESENTAÇÃO

Estão identificadas neste Relatório, as ações e atividades desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2006 atendendo as diretrizes expressas no Contrato de Gestão que a Entidade mantém com o Governo do Estado, além daquelas constantes no Plano de Ação Estratégica para o exercício e outras aprovadas pelo Conselho de Administração em suas reuniões ordinárias.

São agrupadas, neste Relatório, em blocos de informações distintas, aquelas ações e atividades que se referem às Diretorias de Administração e Finanças e de Operações e em destaque, todas as relativas aos aspectos contábeis e financeiros.

A Prestação de Contas Anual do PARANACIDADE, apresentada no Capítulo Aspectos Orçamentários, Contábeis e Financeiros é consubstanciada com parecer da empresa de auditoria externa BDO TREVISAN – Auditores Independentes.

VI - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Objetivo:

Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:

Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de novembro/ 2005 a outubro/2006.	Realizado em novembro de 2006, com o reajuste de 6% para todas as faixas salariais.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Banco de Dados, relativo a Recursos Humanos.

Ação:

Manutenção de Banco de Dados, informatizado sobre o quadro funcional do PARANACIDADE, visando atender às exigências legais e operacionais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Manutenção.	Manutenção contínua.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise da demanda de atendimento dos Escritórios Regionais.

Ação:

Proporcionar condições aos escritórios regionais, a fim de adequá-los para o fiel cumprimento dos objetivos da entidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Instalação de Escritório Regional na cidade de Francisco Beltrão, para melhor atender aos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná.	O novo Escritório está subordinado ao Escritório Regional de Cascavel, até que os estudos para sua implantação formal sejam concluídos e aprovados pelo Conselho de Administração do PARANACIDADE.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:

Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- Identificação de clientela para treinamento específico. - Possibilitar o treinamento demandado.	Curso em Geoprocessamento com Software Livre, 03 empregados.	X		
	Curso em ITIL Foundations, 02 empregados.	X		
	Curso de Capacitação de Pregoeiro e Equipe de Apoio Pregão Presencial e Eletrônico Teoria e Prática, 01 empregado.	X		
	Pós-Graduação em MBA, Contabilidade Pública, 01 empregado.	X		
	Curso Análise de Editais, 01 empregado.	X		
	Curso Construindo Soluções Samba com Implementações Reais, 02 empregados.	X		
	Curso LALUR e LACS – Técnica de Escrituração e Controle, 01 empregado.	X		
	LINUX – Administração de Redes, 01 empregado.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:

Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	• Retenções de PIS, COFINS, IR, CSLL, ISS E INSS, 01 empregado. • XI SINAOP - Simpósio Nacional de Obras Publicas, 01 empregado. • VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo, 01 empregado. • 7º Forum Internacional de Software Livre, 01 empregado. • Especialização em Processo Civil, 01 empregado. • Especialização em Direito Administrativo, 01 empregado.	X		
		X		
		X		
		X		
			X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Equipar a Sede e os Escritórios Regionais com móveis, equipamentos de escritório, veículos e instalações físicas compatíveis com as necessidades do PARANACIDADE.

Ação:

Implementar apólice de seguros dos bens e equipamentos da entidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Instituir apólices de seguro contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos do PARANACIDADE, tanto nos Escritórios Regionais quanto na Sede.	Renovação das apólices de Seguro na Sede e em todos Escritórios Regionais.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Implantação e atualização de Normas de Gestão e de Procedimentos do PARANACIDADE.

Ação:

Instituir Normas de Gestão e/ou de Procedimentos com a finalidade de estabelecer ações uniformes em toda organização, sempre que o assunto assim o recomende.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- Identificar assuntos de relevância para a organização ou para o quadro funcional. - Revisões e atualizações.	- Iniciado estudo para a implantação de Norma de Gestão que versará sobre novas políticas de informática no âmbito do PARANACIDADE. - Atividade contínua.		X	X

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação do arquivo técnico e documental, tanto do extinto FAMEPAR quanto do PARANACIDADE.

Ação:

Procedimentos relativos à guarda de toda documentação legal e técnica.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Seleção da documentação relativa ao extinto FAMEPAR, em cooperação com o Departamento Estadual de Arquivo Público, para arquivamento.	- Transferência de documentação do ex-FAMEPAR ao Departamento Estadual de Arquivo Público. - Processo em andamento.		X	
Arquivamento dos documentos relativos ao PARANACIDADE.	Processo contínuo.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação à nova regulamentação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

Ação:

Identificar necessidades internas e externas da adequação do PARANACIDADE às diretrizes do Decreto Estadual nº 3736, de 10.11.97.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Alternativas decorrentes de alterações de legislação tributária estadual e municipal.	Em contínua atualização.		X	
Alterações no regulamento do FDU.	- Decreto nº 6251/2006; e - Decreto nº 6667/2006.	X		
Constituição de base real e atual de todos empréstimos e subempréstimos concedidos com recursos do FDU.	Em contínua atualização.		X	
Constituição de Sistema Gerencial Financeiro, baseado em Banco de Dados informatizado para acompanhamento e gerenciamento de contratos.	- Sistema em desenvolvimento permanente utilizando a mesma base de informações do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. - Fase de desenvolvimento, teste e automatização de novas funções. - Manutenção contínua.		X X X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação à nova regulamentação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

Ação:

Identificar necessidades internas e externas da adequação do PARANACIDADE às diretrizes do Decreto Estadual nº 3736, de 10.11.97.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
SACE – Sistema de acompanhamento dos convênios especiais (PEOM).	Manutenção contínua.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação à nova regulamentação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

Ação:

Adequação do PARANACIDADE as inovações trazidas pela Lei 15.211/2006.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
• Alterações na Lei instituidora do FDU (Lei 8.917 de 15/12/1998), especificamente no seu art. 1º, introduzidas pela Lei 15.211/2006.	• Em vigor a partir de 17/07/2006.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:

Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Análise, estudo e propostas de novas implementações físicas, lógicas e estratégicas na área de informática.	- Atualizações, adequações e ajustes de ação contínua nos Sistemas Integrados e de Controle de Informações do PARANACIDADE. - Implantação da Intranet do PARANACIDADE, visando o compartilhamento de informações de interesse e relevância.		X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:

Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
• Criação de Folder intitulado “Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná”, de caráter informativo, divulgando obras, ações e planos, dirigido a todo público. • Criação e editoração de Manual “O Espaço Cultural Auto-sustentável”, dirigido especialmente aos Municípios integrantes do Programa de Valorização Cultural do Estado do Paraná. • Edição de Agenda Anual para 2007 e de Calendário, com distribuição dirigida.	• Confecção de 3.800 exemplares. • Confecção de 1.500 exemplares. • Confecção de 5.000 Agendas e Calendários, com distribuição em janeiro/fevereiro de 2007.	X		
		X		
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:

Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Página eletrônica para livre e fácil acesso de público interessado nas ações e atuações da empresa.	Manutenção e atualizações contínuas.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Consolidar o PARANACIDADE como entidade de referência no seu campo de atuação.

Ação:

Editar e divulgar trabalhos técnicos e científicos, relativo ao desenvolvimento urbano e regional, desenvolvido por profissionais do PARANACIDADE, consultores e especialistas externos contratados.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Análise, julgamento e publicação de trabalhos técnicos e científicos de reconhecida qualidade, com distribuição dirigida a entidades, organizações e profissionais dedicados ao desenvolvimento urbano e regional de um modo geral.	“Dicionário de Artes Plástica no Paraná”, para compor o conjunto de obras do Museu Oscar Niemeyer, parte integrante do Programa de Valorização Cultural do Estado do Paraná, implementado com recursos do FDU.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:

Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Convênio, com entidades e/ou organizações nacionais e internacionais.	Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, PARANACIDADE e a FEMUPAR, visando o fortalecimento institucional das Associações de Municípios, com prazo de vigência até dezembro/2007.	X		
	Convênio celebrado entre: o Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, PARANACIDADE, a Secretaria de Estado da Saúde, o Instituto de Saúde do Paraná e os Municípios que a este Convênio aderirem, cujo objetivo é a construção, reforma ou adequação de Unidades de Saúde, de forma a viabilizar a implementação do Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral a Mulher e a Criança.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Auditagem, por empresas de auditoria externa, das demonstrações financeiras do PARANACIDADE.

Ação:

Andamento dos trabalhos da empresa de auditoria externa contratada, como aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
• Proceder à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006.	• Parecer conclusivo da auditoria, realizado pela BDO TREVISAM AUDITORES INDEPENDENTES, apresentado no mês de fevereiro de 2007.	X		
• Conclusão da Auditoria relativa ao exercício de 2006.	• Previsão fevereiro de 2007.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Auditação das ações e programas do PARANACIDADE.

Ação:

Acompanhamento e assessoria às ações de auditoria executadas pela auditoria interna, externa, do BID e do Tribunal de Contas do Estado.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Acompanhamento e assessoria aos profissionais no exercício de auditorias técnicas, contábeis e financeiras, elaborando relatórios, demonstrativos e fornecendo informações necessárias ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos.	- Ações contínuas. - Recebida em agosto de 2006, Missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde foi explanado sobre as principais realizações do PARANACIDADE, com destaque para o Programa Paraná Urbano II e os planos de desenvolvimento regional.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Elaborar o Planejamento Anual do PARANACIDADE.

Ação:

Estabelecer plano de metas, objetivas e respectivos orçamentos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Consolidação de metas e objetivos a alcançar no exercício, tanto na área administrativa - financeira como na operacional. Orçar receitas e despesas para atingir metas do programa de atividades e ações propostas.	Plano de Ação Estratégica para 2007 e respectiva Proposta Orçamentária e Financeira, bem como a Revisão Orçamentária e Financeira, ambos, aprovado pelo Conselho de Administração em 18/12/2006.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Exercer a normatização, o controle e deliberar sobre as atividades e ações do PARANACIDADE. Supervisionar e coordenar as operações da Entidade.

Ação:

Efetivação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração. Estabelecimento de reuniões periódicas entre a Superintendência e as Diretorias do Paranacidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Realizar mensalmente uma reunião ordinária do Conselho de Administração e extraordinárias, quando julgado necessário.	Realizadas 04 (quatro) reuniões Ordinárias do Conselho de Administração.	X		
Realizar reuniões da Diretoria Executiva da organização para análise e acompanhamento das atividades e ações de cada Diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novas metas e objetivos.	Realizadas 05 (cinco) reuniões da Diretoria Executiva, em 2006.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

VII - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Objetivo:

Apoio Técnico à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Ação:

Assessoria Técnica na elaboração de convênios/ contratos, relativos a empréstimos e subempréstimos com os Municípios e outros executores.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Elaboração dos contratos de empréstimo entre a Agência de Fomento do Paraná S.A.– AFPR (agente financeiro do Programa Paraná Urbano II) e os Municípios (subtomadores de empréstimos).	- Solicitação de elaboração de 343 contratos de empréstimo entre a Agência de Fomento do Paraná S.A. – AFPR e municípios. - Solicitação de cancelamento de 2 contratos de empréstimo entre a AFPR e municípios. - Solicitação de elaboração de aditivos a contratos de empréstimo entre AFPR e municípios.	X		
Elaboração de contrato de empréstimo entre o Banco ITAÚ S.A., agente financeiro do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, gestor do FDU e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.	Solicitação para elaboração de um contrato de empréstimo, visando a execução de obras de esgotamento sanitário, enquadrados no âmbito do Programa Paraná Urbano II, em diversos municípios de sua área de concessão.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Saneamento.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento de projetos de saneamento em cidades com menos de 100 mil habitantes, em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.	- Em desenvolvimento obras de implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário e obras visando à eliminação de passivos ambientais, em municípios da área de concessão da SANEPAR. - Elaboradas 204 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 26 obras de saneamento. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Melhoria de Bairros Sub-Normais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento de projetos de Melhoria e Desfavelamento nos Bairros definidos como Sub-Normais, Reassentamento de Famílias de Baixa Renda e Relocação de Habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.	- Em desenvolvimento projeto de Melhoria da Vila Zumbi dos Palmares, no Município de Colombo, e a Relocação de Famílias de Baixa Renda em Áreas de Risco no Município de Pitanga. - Elaboradas 39 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 4 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Quadras de Esportes.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento de projetos de Quadras de Esportes em Instituições Públicas de Ensino, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação – SEED.	- Em execução obras para construção de Quadras de Esportes Cobertas em instituições públicas de ensino em diversos municípios do Estado. - Efetuada supervisão, elaboradas 41 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 23 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento de projetos de Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde – SESA.	- Em execução obras para construção de Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança em diversos municípios do Estado. - Efetuada supervisão, elaboradas 18 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 12 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Posto de Bombeiro Comunitário.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento de projetos de Posto de Bombeiro Comunitário, em parceria com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná.	- Em execução obras para construção de Postos de Bombeiro Comunitário em diversos municípios do Estado. - Efetuada supervisão, elaboradas 76 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 24 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Participação no desenvolvimento de programas e projetos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Realização em conjunto com IPARDES e UFPR de estudos visando à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Estratégico Regionais do Estado do Paraná, incluindo os Planos de Desenvolvimento Regional, Planos de Desenvolvimento Integrado e os Planos de Desenvolvimento Regional Integrado.	Elaborados e concluídos os Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná – PRDE, de acordo com a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU, que resultou na produção dos seguintes volumes: Cenário Atual, volumes Ia e Ib; Cenário Tendencial, volume II; Cenário Desejável, volume III; Proposta: Cenário de Desenvolvimento Estratégico, volume IV. O trabalho definiu as propostas distribuídas em 4 macroregiões: Centro-expandido, Leste, Norte e Oeste-Sudoeste.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Assessoria Técnica no desenvolvimento de programas e projetos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Agenda 21 Estadual.	Participação da SEDU/ PARANACIDADE como membro do Fórum Permanente da Agenda 21 do Paraná, nas coordenações executiva e temática.	X		
	Participação no planejamento e organização de 21 eventos realizados em conjunto com a Sociedade Civil dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, difundindo os princípios e atitudes a serem cumpridas, segundo os preceitos da Agendas Global e Brasileira.	X		
	Esses eventos contaram com aproximadamente 7.000 participações de cidadãos ou representantes da sociedade civil e do governo, em seminários, workshops, capacitações, reuniões temáticas e outras.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Desenvolver a qualificação profissional dos técnicos municipais do Estado em parceria e linhas adotadas pela SEDU.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Estruturação, montagem e realização de cursos, seminários e reuniões técnicas para aperfeiçoamento dos recursos humanos das Prefeituras.	- O Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos vem sendo implementado por meio de encontros regionais, de aproximadamente dois dias, cuja programação inclui palestras, debates, mesas redondas, apresentações de casos, oficinas de planejamento e missões. No período foram realizados três encontros, nas cidades de Foz do Iguaçu, Londrina e Curitiba, do qual participaram 581 líderes, representantes de 275 municípios paranaenses. Realizada também a Missão Internacional à Europa – Itália e França, contando com a participação de 43 líderes. - Iniciado em outubro de 2006, o Curso Técnico em Gestão Pública Municipal, Pós – Médio, modalidade à distância – presencial/virtual, com carga horária de 960 horas, com duração de 24 meses, e certificação pela UFPR, chancelada pelo Ministério da Educação do Brasil. Encontram-se matriculados 2.100 (dois mil e cem) alunos.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Desenvolver a qualificação profissional dos técnicos municipais do Estado em parceria e linhas adotadas pela SEDU.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	Cabe ressaltar que esse curso atinge uma clientela que é responsável em grande parte pelo funcionamento da máquina pública municipal e que, por possuir apenas o nível médio de ensino não dispõe de ofertas de cursos de qualificação no sistema formal de ensino público ou privado. Destaca-se nessa ação a utilização da modalidade ensino a distância – presencial virtual, que em virtude da utilização de tele-salas (210 tele-salas no Paraná) possibilita o atendimento àqueles municípios de maior carência e menor IDHM.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Supervisão e elaboração de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual Nº 15.229, de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Ações referentes a planejamento urbano e regional, considerando as diretrizes e os instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.	Manutenção de dados da matriz referente à existência de Planos Diretores e legislação específica vigentes nos 399 municípios do Estado do Paraná.		X	
	Acompanhamento de execução, análises e emissão de Pareceres Técnicos sobre Planos Diretores executados pelos municípios, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria com recursos próprios, para efeito do enquadramento das exigências à Lei Estadual Nº 15.229, de 25 de julho de 2006.		X	
	Supervisão da execução dos Planos Diretores, PDM e PDUOS, financiados pelo Programa Paraná Urbano, sendo emitidos pareceres técnicos para cada procedimento licitatório e para cada uma das cinco etapas de cada plano.		X	
	Relatório de Planos Diretores Municipais junto ao Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense – COLIT.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Supervisão e elaboração de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual Nº 15.229, de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	- Análise e emissão de parecer técnico sobre Planos Diretores de Municípios do Litoral do Estado do Paraná, considerando questões técnicas e legais. - Participação na Campanha Plano Diretor Participativo, lançada pelo Ministério das Cidades, disponibilizando e fazendo a manutenção da lista de conversação e participando de dois dos cinco grupos de trabalho do núcleo paranaense da referida campanha.	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Elaboração de Orto-Cartas Imagem, em escala 1:50.000, cobrindo todo o Estado do Paraná, obtidas através de imagens via satélite.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Elaboração de Ortocartas-Imagem em meio digital, Mapa de Uso e Ocupação do Solo, Relatório de Pré-Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Manancial de Abastecimento Público (BHMAP) e Atualização das Cartas Topográficas Planialtimétricas digitais do Mapeamento Sistemático na escala 1:50.000 do Estado do Paraná com suas áreas de divisa.	- Serviço contratado em 01.03.05, com prazo de execução de 510 dias. No período foram elaborados os seguintes produtos: - 85 Imagens Brutas; - 313 arquivos Modelo Digital do Terreno (MDTs); - 185 Relatórios de Pontos de Carta; - 76 Relatórios de Pontos de Campo; - 259 Ortocartas-Imagem Preliminares; - 132 Ortocartas-Imagem Finais; - 168 Ortocartas-Imagem de Uso do Solo Preliminares; - 11 Ortocartas-Imagem de Uso do Solo Finais; e - 80 Atualizações Preliminares.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Desenvolvimento de metodologia própria visando à montagem de um Programa de Monitoramento de Indicadores Municipais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento e implantação de um sistema de ranking municipal que tem por base o cálculo do Índice de Oferta de Serviços Públicos – IOSP (média dos Índices de Carência Relativa – ICRs de Educação, Saúde e Desenvolvimento Urbano) e do Índice de Eficiência Fiscal – IEF (relação entre a receita tributária e a renda municipal).	Calculados o Índice de Esforço Fiscal – IEF e o Índice de Oferta de Serviços Públicos – IOSP para todos os municípios do Estado, com base em metodologia previamente definida. Estes índices possibilitam classificar (pela elaboração de um <i>ranking</i>) os municípios em termos de sua capacidade relativa de atender as demandas da população urbana. O primeiro <i>ranking</i> municipal foi elaborado em 2004, com a definição de uma linha de base zero.	X		
	Anualmente o ranking municipal é atualizado com os dados disponibilizados pelos municípios. O ICR de desenvolvimento urbano baseia-se em dados relativos aos índices de cobertura de serviços de iluminação pública, pavimentação de vias urbanas e saneamento. Para possibilitar esse cálculo foram coletados e atualizados mapas contendo a situação dos 399 municípios. Estes mapas foram digitalizados e atualizados pela equipe técnica do PARANACIDADE. Esse processo de atualização anual possibilitará avaliar a situação de cada município e a evolução de seus respectivos indicadores ao longo do tempo.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Manutenção de Banco de Dados da Dívida Fundada e Balanços de Receita e Despesa dos Municípios.	Atualização de dados de 399 Balanços de Receitas Municipais, 377 Balanços de Despesas Municipais e 398 Balanços da Dívida Fundada, do ano de 2005.	X		
Concepção de Metodologia de Instrumentos e Processos Sociais para Participação da Sociedade Civil com Responsabilidade Fiscal na Identificação das Prioridades de Investimentos Municipais.	Desenvolvidos projetos de Participação da Sociedade Civil na Priorização de Investimentos nos municípios de Cambará, Londrina e Pinhais.	X		
Assistência técnica para elaboração de Planta Genérica de Valores Imobiliários.	Assistência técnica ao Município de Reserva do Iguaçu visando à elaboração de nova Planta Genérica de Valores Imobiliários.	X		
Assistência técnica para revisão de Código Tributário Municipal.	Assistência técnica na revisão de Código Tributário Municipal dos Municípios de Mallet, Ortigueira e Palotina	X		
Orientação técnica sobre Tributos Municipais.	Orientação técnica a municípios sobre tributos: IPTU, ITBI, ISS, Taxa de Serviços Urbanos, Taxa de Poder de Polícia, Contribuição de Melhorias e Custeio da Iluminação Pública.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Atualização de manuais.	Atualização de manuais relativos aos seguintes assuntos: Código Tributário Municipal; Dívida Ativa; Taxas Municipais.	X	X X	
Elaboração de estudos econômicos e estudos tributários.	Elaboração de estudos econômicos ou estudos tributários relativos a temas como: formação de preços públicos; atualização dos custos de Código Tributário Municipal, indicador para atualização de Tributos no tempo; formação de valor das taxas de Poder de Polícia e de Serviços Urbanos; compensação financeira da Contribuição de Melhorias, e outros.	X		
Controle analítico de Editais e acompanhamento econômico e financeiro do Tributo Contribuição de Melhoria.	Desenvolvimento de planilha de forma a possibilitar o controle analítico de Editais e acompanhamento econômico e financeiro do Tributo Contribuição de Melhoria.		X	
Redação de Minutas de Lei.	Minutas de Lei relativas a temas como: Serviços de Bombeiro Comunitário; Prevenção e Combate à Incêndio; Remissão e Isenção Tributária; Tabela de Alíquotas Regressivas da Contribuição de Melhoria; Imposto sobre Serviços de Cartórios; entre outros.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Fortalecimento das Associações de Municípios.	- Em curso convênio com a Federação dos Municípios do Paraná – FEMUPAR com a finalidade de auxiliar na promoção do fortalecimento institucional das Associações de Municípios do Estado do Paraná e apoiar a execução da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional e do Programa Paraná Urbano. - Quatorze profissionais qualificados nas áreas de engenharia, arquitetura e direito atuam em todos os escritórios do PARANACIDADE, exercendo atividades de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, integrante do convênio acima mencionado.		X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Implantar ações específicas na área de transporte urbano, apoiadas com recursos do Fundo Japonês de Assistência e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Plano Operacional		Situação em 31/12/06		Metas:		
Original	e justificativas	A	EA	NE		
Desenvolvimento e implantação de projeto técnico específico, para a área de Transporte Urbano, apoiado com recursos do Fundo Japonês de Assistência.	- O programa tem como objetivo preparar a execução de planos de transporte urbano sustentáveis em sete municípios: Apucarana, Arapongas, Cambe, Ibiporã, Londrina, Guarapuava e Paranaguá. - Contratados serviços de consultoria para o desenvolvimento de sistemas de informações e formação de banco de dados nos municípios, transferência de tecnologia aos técnicos da SEDU/ PARANACIDADE e equipes municipais, e elaboração dos sistemas no sete municípios. - Contratados serviços de consultoria jurídica para auxiliar os municípios na implantação dos Planos de Transportes. - Os principais resultados obtidos foram: -Conclusão dos Planos de Transporte para os sete municípios participantes do Programa.	X	X			

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Implantar ações específicas na área de transporte urbano, apoiadas com recursos do Fundo Japonês de Assistência e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	Os Planos Finais de Transporte entregues aos municípios participantes do Programa englobam, além do Plano de Transporte Coletivo contendo tamanho de frota e tipo de veículo, linhas de transporte e frequência dos serviços, planilha de cálculo tarifário e indicadores de desempenho, Plano de Trânsito e de Pavimentação da malha viária do Transporte Coletivo.	X		
	-Conclusão do Banco de Dados Georeferenciado e do Sistema de Informações do Programa para o PARANACIDADE e os municípios participantes.	X		
	-A implantação do Banco de Dados Georeferenciado e do Sistema de Informações do Programa foi realizada através da transferência dos programas código fonte e executável do sistema desenvolvido para os computadores do PARANACIDADE. O Treinamento do Banco de Dados e Sistema de Informação para os analistas e programadores dos municípios participantes do Programa foi realizado em conjunto com os técnicos do PARANACIDADE.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Implantar ações específicas na área de transporte urbano, apoiadas com recursos do Fundo Japonês de Assistência e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	-Treinamento de Geoprocessamento com software livre para três técnicos da equipe básica do PARANACIDADE. -Treinamento em ITIL para dois técnicos da equipe básica do PARANACIDADE para detalhamento dos conceitos, termos, objetivos, benefícios e relacionamentos dos principais processos e funções para gestionar um projeto de Tecnologia de Informação, como é o caso do Programa de Transporte Urbano Sustentável do Paraná, que envolve um grande número de técnicos e entidades diferenciadas. -Aquisição de Equipamentos de Informática para o PARANACIDADE e para os municípios participantes do Programa:	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Implantar ações específicas na área de transporte urbano, apoiadas com recursos do Fundo Japonês de Assistência e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	- 02 Microcomputadores para executar funções de servidor de rede e 01 Impressora Laser Color, para operação na sede do PARANACIDADE (Curitiba); - 09 Microcomputadores para uso como estação de trabalho e 09 Impressoras Jato de Tinta A3 colorida, sendo 02 conjuntos destinados aos Escritórios Regionais de Londrina e Guarapuava do PARANACIDADE e 07 unidades destinadas aos municípios participantes do Programa.	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Implantar ações específicas na área de transporte escolar.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento e implantação de projeto técnico específico para a área de Transporte Escolar.	- Desenvolvidos Planos de Racionalização do Sistema de Transporte Escolar para os municípios de Campo Largo e Tijucas do Sul. Diagnosticada a situação do sistema atual de cada município, com os seguintes informes: - Cadastramento do Sistema Viário Existente; - Localização das Unidades Escolares do Município; - Situação da Frota existente por tipo de veículo; - Distribuição espacial dos alunos; - Topografia do município estudado; - Levantamento das rotas atuais (mapeamento); e - Elaboração de relatório consolidado do diagnóstico. - Como resultado dos trabalhos, foi proposto um sistema automatizado de otimização de rotas, foram sugeridos os tipos e quantidades de veículos adequados para cada rota e foi determinado o custo/aluno em cada alternativa estudada.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Identificação de capacidade de endividamento dos municípios.

Ação:

Análise das condições econômico-financeiras dos municípios, visando estabelecer suas capacidades individuais de financiamento, com observância aos dispositivos legais vigentes.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Pré-análise de documentação a ser encaminhada para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente a solicitações para contratação de operações de crédito pelos municípios junto às instituições do sistema financeiro e análise dos balanços para cálculo dos resultados primários.	- Analizadas e encaminhadas à Secretaria do Tesouro Nacional – STN documentações para solicitação de contratação de operações de crédito de 402 municípios. - No período foram aprovadas e autorizadas 337 contratações de operação de crédito para 176 municípios.	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio, Análise e Assistência Jurídica a Municípios.

Ação:

Assessorar, analisar e emitir pareceres em processos licitatórios, termos aditivos e demais questões que envolvam a concessão de empréstimos e/ou subempréstimos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Orientação e análise técnica jurídica nos processos licitatórios e termos aditivos de contratos de projetos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios - SFM, emitindo os respectivos pareceres.	Analizados e emitidos 439 pareceres jurídicos aos processos licitatórios referentes a projetos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.	X		
	Registrada elaboração de 441 pareceres jurídicos no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do Programa – SAM.	X		
Prestar orientação às solicitações de esclarecimentos legais formuladas pelos municípios.	Atendimento a aproximadamente 63 consultas jurídicas por parte de municípios e empresas detentoras de contratos de serviços.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Efetuar análise e aprovação de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais - SFM, relativos às diversas áreas de investimentos.	Analizados e aprovados 748 novos projetos referentes ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. O critério adotado para quantificar os projetos considera que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		
	Desenvolvimento do Setor Municipal			
	<i>Instrumentos Técnicos de Apoio:</i> Equipamentos de Informática – 14	X		
	<i>Planejamento Urbano:</i> Plano Diretor Municipal - PDM – 69	X		
	Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo Municipal - PDUOS – 11	X		
	• <i>Gestão Tributária e Financeira:</i> Código Tributário Municipal – 2	X		
	Cadastro Técnico Imobiliário – 4	X		
	Planta Genérica de Valores – 4	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	• Modernização da Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais • <i>Recuperação, Expansão e Guarnição da Infra-estrutura Cultural:</i> Museu Oscar Niemeyer - MON – 15 Canal da Música - 8 • <i>Rede de Cine-Teatros:</i> Cine-Teatros – 11 • Infraestrutura Básica Municipal • <i>Sistemas Viários Urbanos:</i> Pavimentação de Vias Urbanas – 252 Ciclovias – 1 Urbanização / Calçadas – 16 • <i>Sistemas de Águas Pluviais:</i> Drenagem Urbana – 3	X		
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<i>Equipamentos Urbanos:</i> Terminal Rodoviário Urbano – 1 X Terminal Rodoviário Intermunicipal – 9 X Centro Cultural – 2 X Biblioteca – 3 X Equipamento para Biblioteca – 5 X Praça – 20 X Paço Municipal – 6 X Câmara Municipal - 1 X Quadra de Esportes – 8 X Ginásio de Esportes – 8 X Complexo Esportivo – 3 X Garagem para Equipamentos – 2 X Centro de Visitação e Estudos/ Ecossistemas Aquáticos - 1 X Aquisição de Terrenos para Conjunto Habitacional – 24 X <i>Apoio ao Pequeno e Micro-Produtor:</i> Barracão Industrial II – 33 X Mercado – 1 X Abatedouro (Matadouro) – 1 X Pavilhão Comercial – 1 X Equipamento para Mercado Municipal – 3 X <i>Áreas Industriais:</i> Aquisição de Terrenos para Áreas Industriais – 14 X			

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Efetuar análise e aprovação de projetos realizados com recursos do Programa Estadual de Obras Municipais – PEOM, relativos a convênios firmados com municípios nos anos de 2002 a 2006.	- Analizados e aprovados 18 projetos referentes ao Programa Estadual de Obras Municipais – PEOM. O critério adotado para quantificar os projetos considera que cada convênio firmado corresponde a um projeto distinto. - Plano Diretor Municipal – 2 - Pavimentação de Vias Urbanas – 5 - Recapeamento Asfáltico – 1 - Escola Municipal – 2 - Ampliação de Escola (Salas de Aula) – 2 - Barracão Industrial – 1 - Terminal Rodoviário Intermunicipal – 1 - Reforma de Terminal Rodoviário Intermunicipal – 1 - Centro Social Esportivo – 1 - Conclusão de Mini-ginásio de Esportes – 1 - Conclusão de Terminal do Trabalhador Volante – 1	X		
	Analizados e aprovados tecnicamente 17 solicitações encaminhadas pelos municípios referentes a alterações de projetos.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Efetuar análise, acompanhamento e medições de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.	Efetuada supervisão e elaborada planilha de medição de 553 ações/obras referentes ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		
	Desenvolvimento do Setor Municipal			
	<i>Planejamento Urbano:</i>			
	Plano Diretor Municipal - PDM – 36	X		
	Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo Municipal - PDUOS – 36	X		
	<i>Gestão Tributária e Financeira:</i>			
	Código Tributário Municipal – 1	X		
	Cadastro Técnico Imobiliário – 3	X		
	Planta Genérica de Valores Imobiliários – 1	X		
	<i>Modernização da Gestão Municipal:</i>			
	Capacitação de Servidores Municipais – 1	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<i>Fortalecimento Institucional das Associações de Municípios:</i> Fortalecimento Institucional das Associações de Municípios – 1 <i>Base Cartográfica:</i> Elaboração de Ortocartas-Imagem em meio digital, mapa de Uso e Ocupação do Solo, Relatório de Pré-Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Manancial de Abastecimento Público (BHMAP) e Atualização das Cartas Topográficas Planialtimétricas digitais do Mapeamento Sistemático na escala 1:50.000 do Estado do Paraná com suas áreas de divisa – 1 Modernização da Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais <i>Recuperação, Expansão e Guarnição da Infra-estrutura Cultural:</i> Museu Oscar Niemeyer - MON – 17 Canal da Música – 9 <i>Rede de Cine-Teatros:</i> Cine-Teatros – 7	X		
		X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	• Infra-estrutura Básica Municipal • <i>Sistemas Viários Urbanos:</i> Pavimentação de Vias Urbanas – 237 X Ciclovias – 2 X Urbanização / Calçadas – 14 X • <i>Sistemas de Águas Pluviais:</i> Drenagem Urbana – 2 X • <i>Apoio Social:</i> Escola Municipal – 9 X Escola Estadual – 1 X Escola Profissionalizante – 2 X Creche – 13 X Centro Comunitário – 3 X Posto de Saúde – 4 X Hospital – 1 X Equipamentos para Hospital – 4 X Hospital Regional – 2 X Veículo para Saúde – 1 X Veículo para Transporte Escolar – 1 X Unidade Universitária – 1 X Equipamentos para Centro Cultural – 13 X Centro de Convivência de Idosos – 2 X			

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<i>Apoio ao Pequeno e Micro-Produtor:</i> Barracão Industrial II – 25 Mercado – 1 Abatedouro (Matadouro) - 1 Equipamento de Barracão Industrial – 1 Pavilhão Comercial – 1 <i>Áreas Industriais:</i> Aquisição de Terrenos para Áreas Industriais – 14	 X X X X X X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	- No Sistema de Acompanhamento de Projetos Especiais – SACE foram inseridas 140 medições. - Com estas medições foram encerrados 18 convênios. - Foram encaminhadas à Assessoria Jurídica / SEDU 34 solicitações para redução de meta-física de convênios.	X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Acompanhamento das fases de aplicação dos recursos financiados pelo PARANACIDADE.

Ação:

Realização das medições físicas de projetos financiados e solicitação para liberação de recursos financeiros.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/06 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Efetuar medições das várias fases de projetos, obras, bens, máquinas e equipamentos, processar e solicitar os pedidos de liberação de pagamento.	- Foram realizadas 1.431 medições, relativas aos 553 projetos elencados previamente, conforme registrado no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. - Processados 2.442 solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM.	X		
		X		

Metas: A = atingida

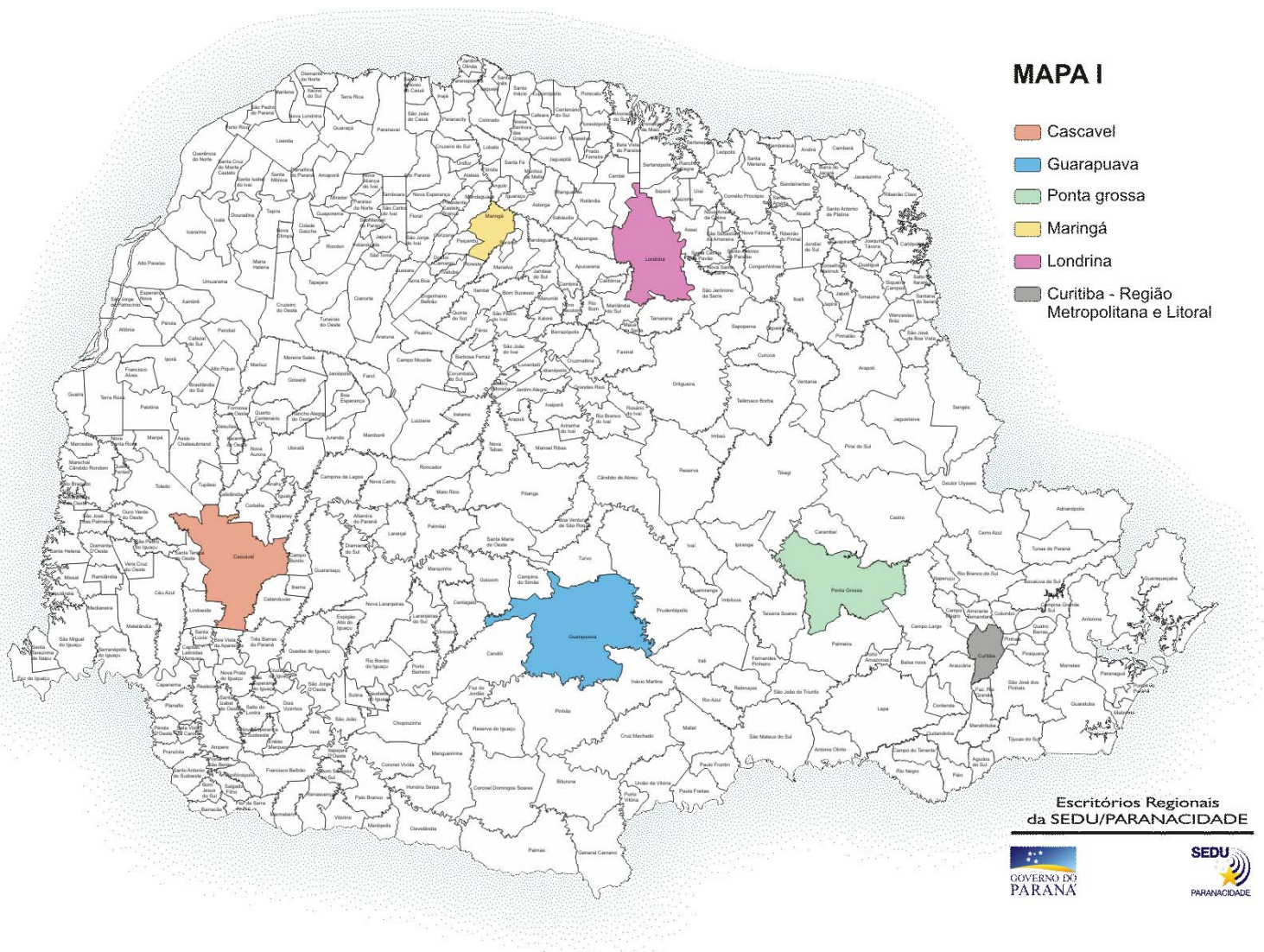
EA = em andamento

NE = não executadas

VIII - MAPAS

MAPA I

- ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA SEDU/PARANACIDADE

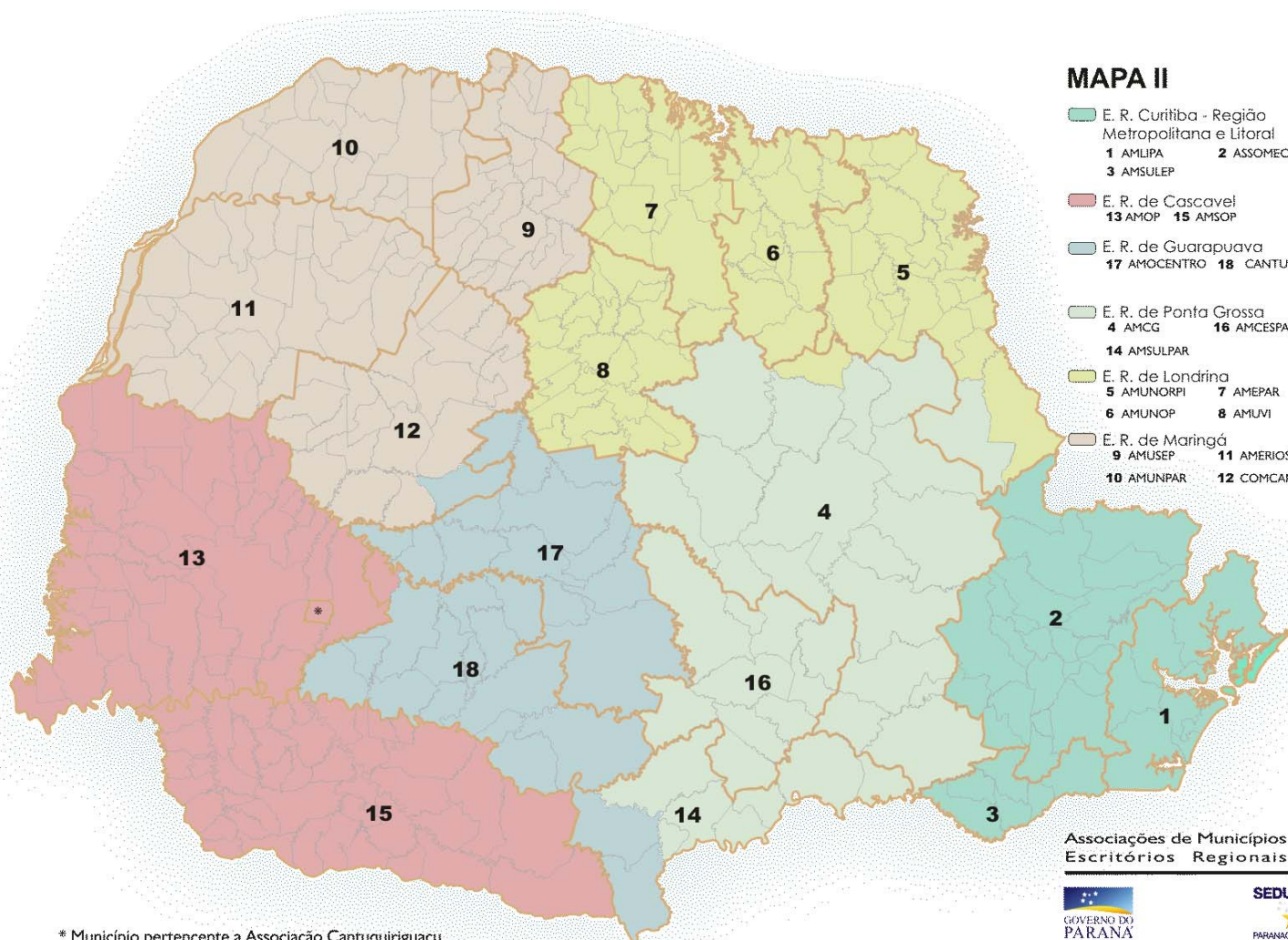


MAPA II

- ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS

MAPA II

- E. R. Curitiba - Região Metropolitana e Litoral
 1 AMLIPA 2 ASSOMEC
 3 AMSULEP
- E. R. de Cascavel
 13 AMOP 15 AMSOP
- E. R. de Guarapuava
 17 AMOCENTRO 18 CANTUQUIRIGUAÇU
- E. R. de Ponta Grossa
 4 AMCG 16 AMCESPAR
 14 AMSULPAR
- E. R. de Londrina
 5 AMUNORPI 7 AMEPAR
 6 AMUNOP 8 AMUVI
- E. R. de Maringá
 9 AMUSEP 11 AMERIOS
 10 AMUNPAR 12 COMCAM



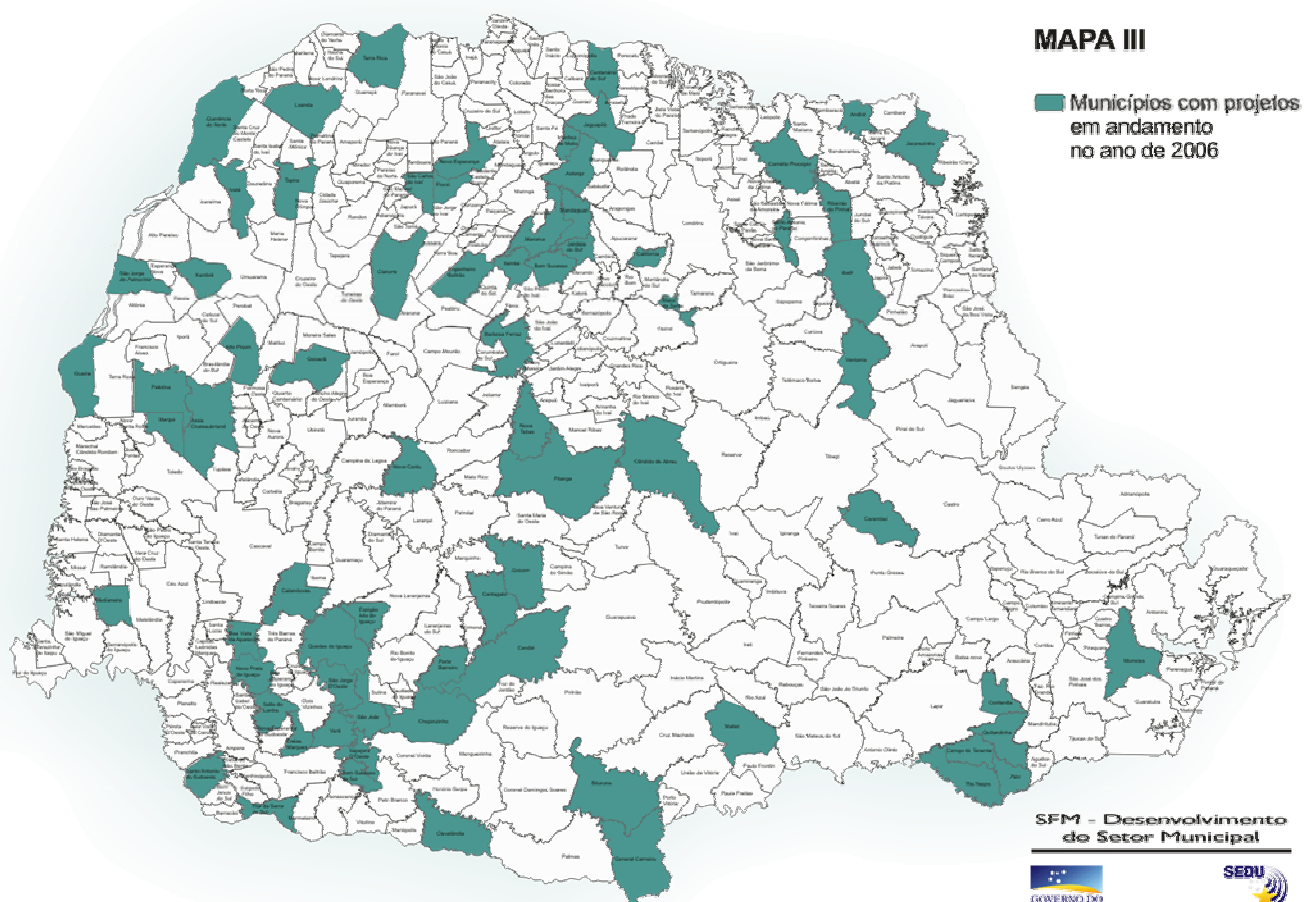
* Município pertencente a Associação Cantuquiriguaçu

Associações de Municípios
Escritórios Regionais



MAPA III

- SISTEMA DE FINANCIAMENTO DE AÇÕES MUNICIPAIS – SFM
- DESENVOLVIMENTO DO SETOR MUNICIPAL
- MUNICÍPIOS COM PROJETOS EM ANDAMENTO

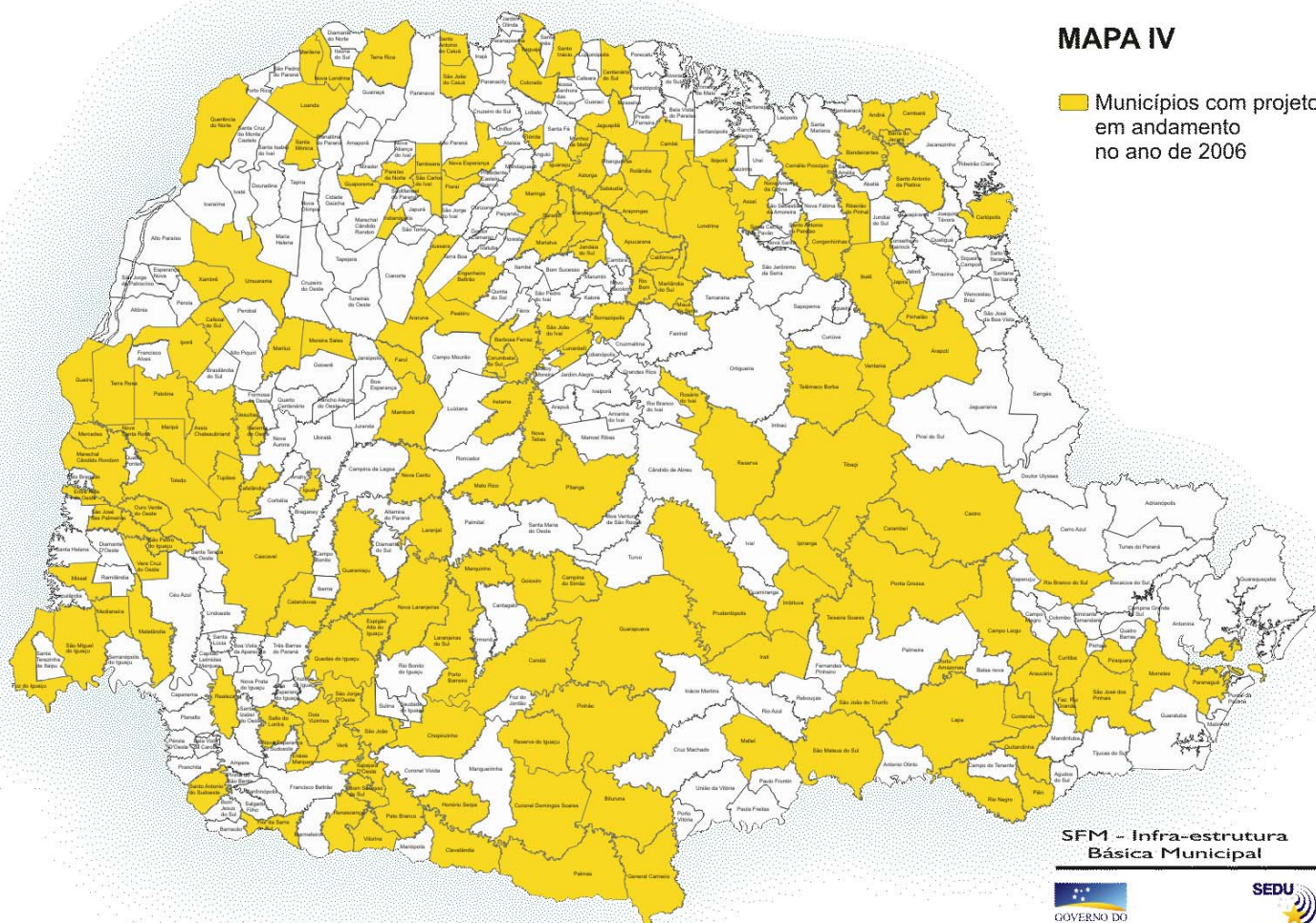


MAPA IV

- SISTEMA DE FINANCIAMENTO DE AÇÕES MUNICIPAIS – SFM
- INFRA-ESTRUTURA BÁSICA MUNICIPAL
- MUNICÍPIOS COM PROJETOS EM ANDAMENTO

MAPA IV

 Municípios com projetos em andamento no ano de 2006



SFM - Infra-estrutura Básica Municipal

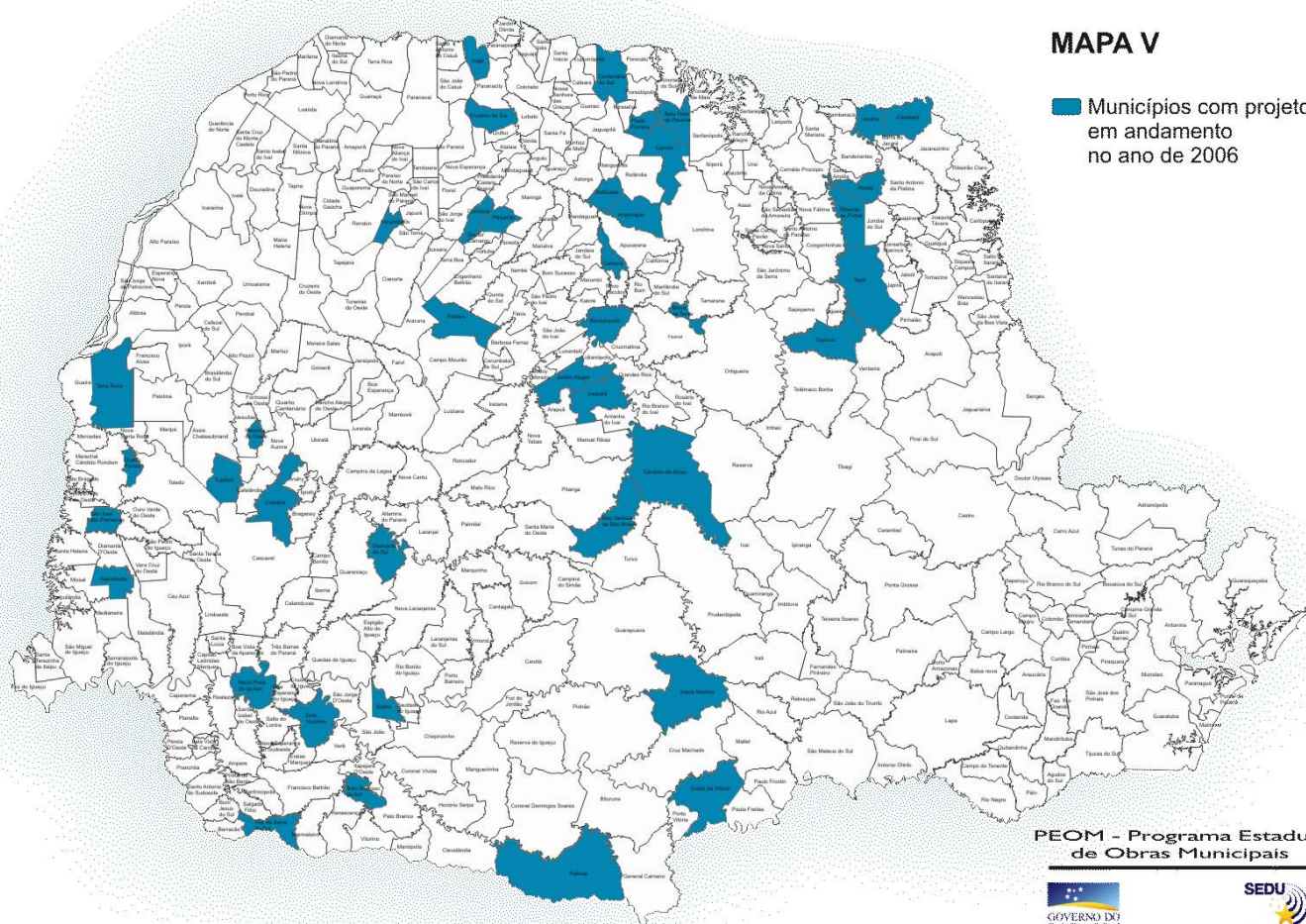


MAPA V

- PROGRAMA ESTADUAL DE OBRAS MUNICIPAIS - PEOM
 - MUNICÍPIOS COM PROJETOS EM ANDAMENTO

MAPA V

 Municípios com projetos em andamento no ano de 2006



PEOM - Programa Estadual de Obras Municipais



IX - ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

Os aspectos orçamentários, financeiros e contábeis do PARANACIDADE/FDU, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2006 estão adiante apresentados nos seguintes documentos:

I - Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

II - Demonstrativos Orçamentários FDU

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

III - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos PARANACIDADE

IV - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos FDU

V - Demonstrações Contábeis – do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, exceto item 06.

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultado;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos;
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Quadro de Resultados Econômico-Financeiros.

VI - Parecer da Auditoria Externa

Nota:

O PARANACIDADE nos termos do Contrato de Gestão firmado com o Estado do Paraná, disponibilizará, para conhecimento público, os seus balancetes, balanços e demais documentos comprobatórios da exatidão e do correto cumprimento de sua missão, compromissos e objetivos.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS
PARANACIDADE**

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO EXERCÍCIO 2006

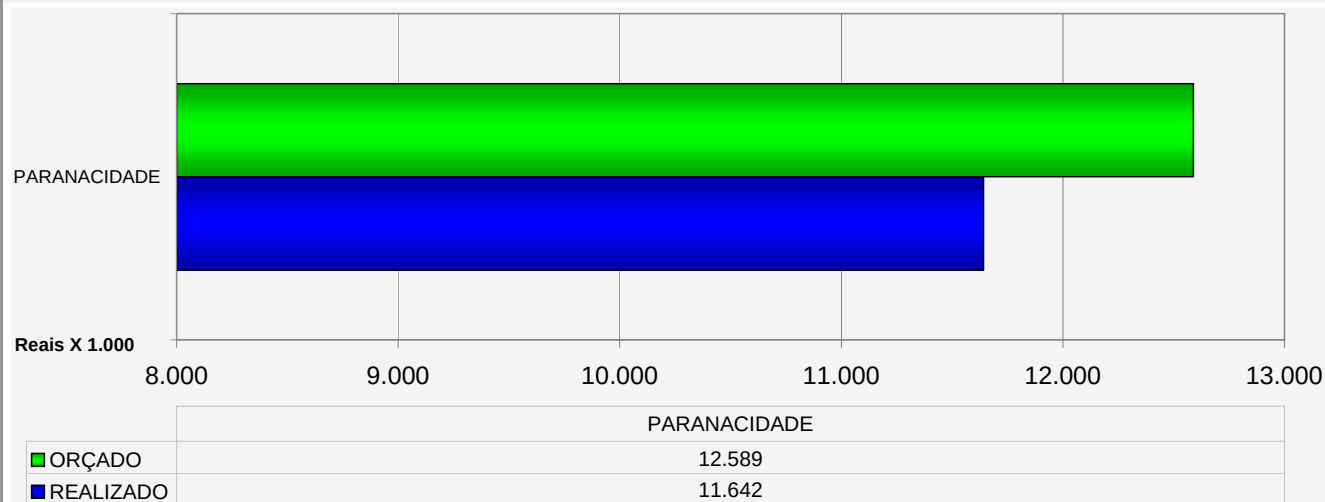
ORÇADO X REALIZADO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
PARANACIDADE					
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento	-	5.470.000	5.551.807	(81.807)	101,50
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção do PARANACIDADE	-	6.182.000	5.181.264	1.000.736	83,81
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	937.000	909.257	27.743	97,04
TOTAL		(*) 12.589.000	11.642.328	946.672	92,48

(*) Aprovado na 102ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2006	
	PARANACIDADE (MANUTENÇÃO)	PARANACIDADE (SESA / ISEP)
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	8.667.907	8.261.877
TOTAL	8.667.907	8.261.877

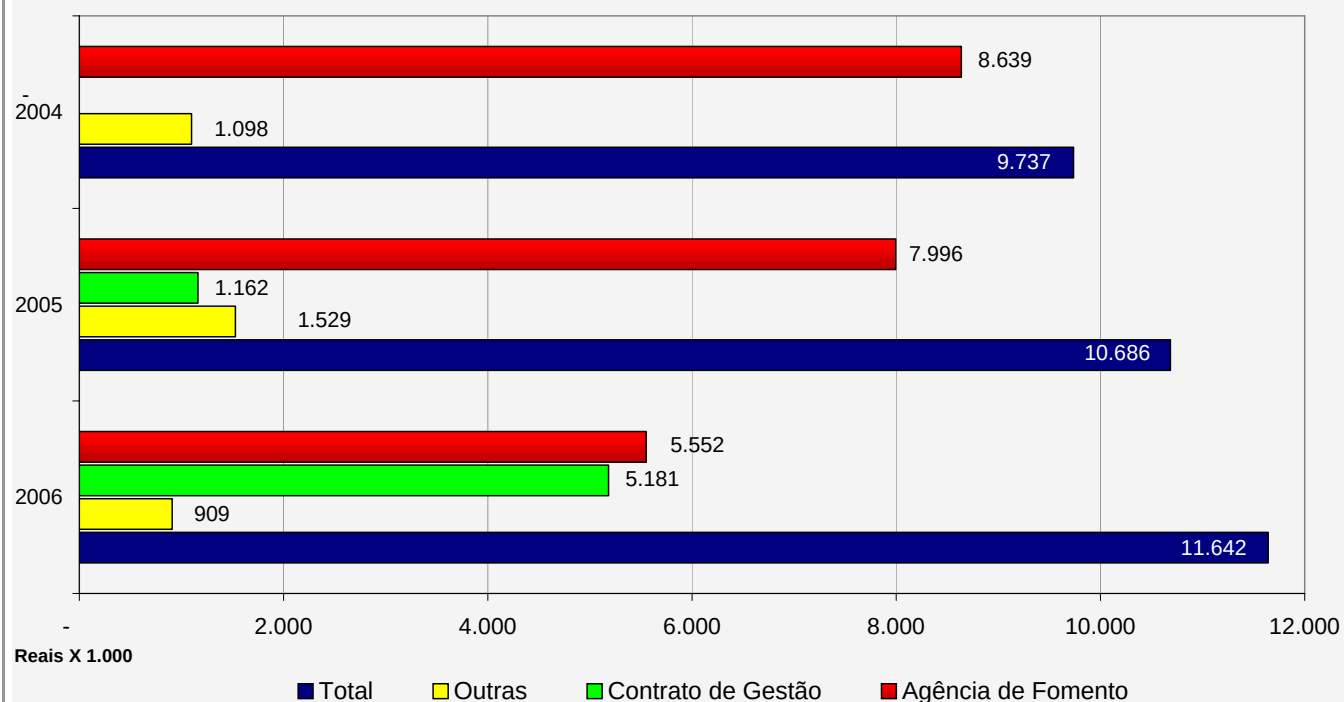
COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2004 - 2005 - 2006

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2004	2005	2006	VARIACÃO %	
					2005 x 2004	2006 x 2005
PARANACIDADE						
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento	-	8.638.541	7.995.887	5.551.807	-7,44	-30,57
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção Paranacidade	-	-	1.161.556	5.181.264	100,00	346,06
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	1.098.020	1.528.541	909.257	39,21	-40,51
TOTAL		9.736.561	10.685.984	11.642.328	9,75	8,95

Entradas de Recursos por Fonte



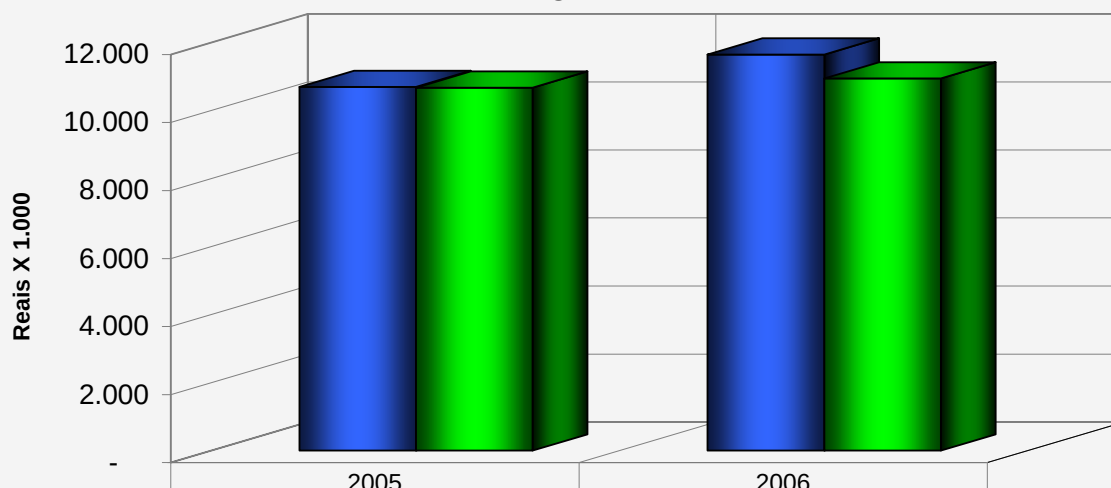
COMPARATIVO ENTRADAS DE RECURSOS X DESEMBOLSOS

REALIZADOS em 2005 e 2006

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	PARANACIDADE		VARIÇÃO % (2006 x 2005)
	2005	2006	
ENTRADAS	10.685.984	11.642.328	8,95
DESEMBOLSOS	10.664.743	10.937.765	2,56
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	21.241	704.563	3.217,05

PARANACIDADE



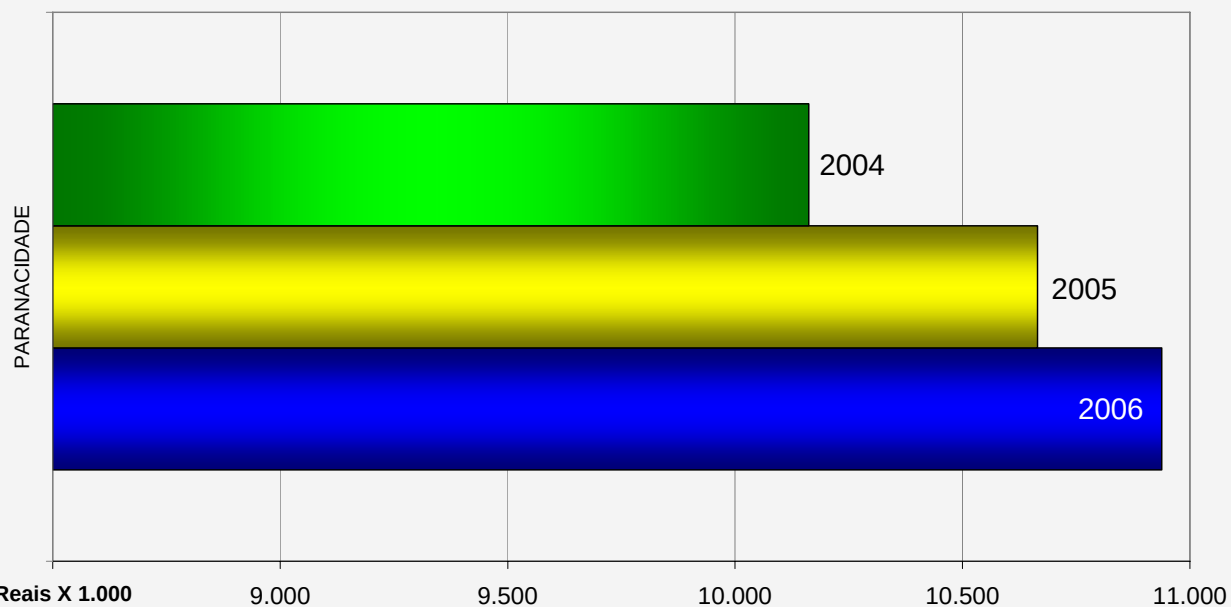
DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2005	31/12/2006
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS (MANUTENÇÃO + SESA/ISEP)		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	8.036.670	16.929.784
TOTAL	8.036.670	16.929.784

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2004 - 2005 - 2006

APLICAÇÕES / AÇÕES		Valores Nominais			Variação %	
		2004	2005	2006	2005 X 2004	2006 X 2005
PARANACIDADE						
MANUTENÇÃO	Pessoal	8.179.823	8.411.598	8.417.002	2,83	0,06
	Custeio	1.730.317	1.834.925	2.266.274	6,05	23,51
	Investimento	110.810	403.720	254.490	264,34	-36,96
SUBTOTAL		10.020.950	10.650.243	10.937.765	6,28	2,70
ACORDOS / CONVÊNIOS	Plano de Desenvolvimento Regional - PDR	141.000	-	-	-100,00	-
	Programa de Geração de Empregos - GERAR	40.068	-	-	-100,00	-
	Programa de Valorização Cultural - PVC	52.016	-	-	-100,00	-
	Outros voltados a Municipalidade	-	14.500	-	100,00	-100,00
SUBTOTAL		141.000	14.500	-	-89,72	-100,00
TOTAL - PARANACIDADE		10.161.950	10.664.743	10.937.765	4,95	2,56

Comparativo 2004 - 2005 - 2006



PARANACIDADE	
■ 2004	10.162
■ 2005	10.665
■ 2006	10.938

Evolução nos Desembolsos: 2005 x 2004 = 4,95%
2006 x 2005 = 2,56%

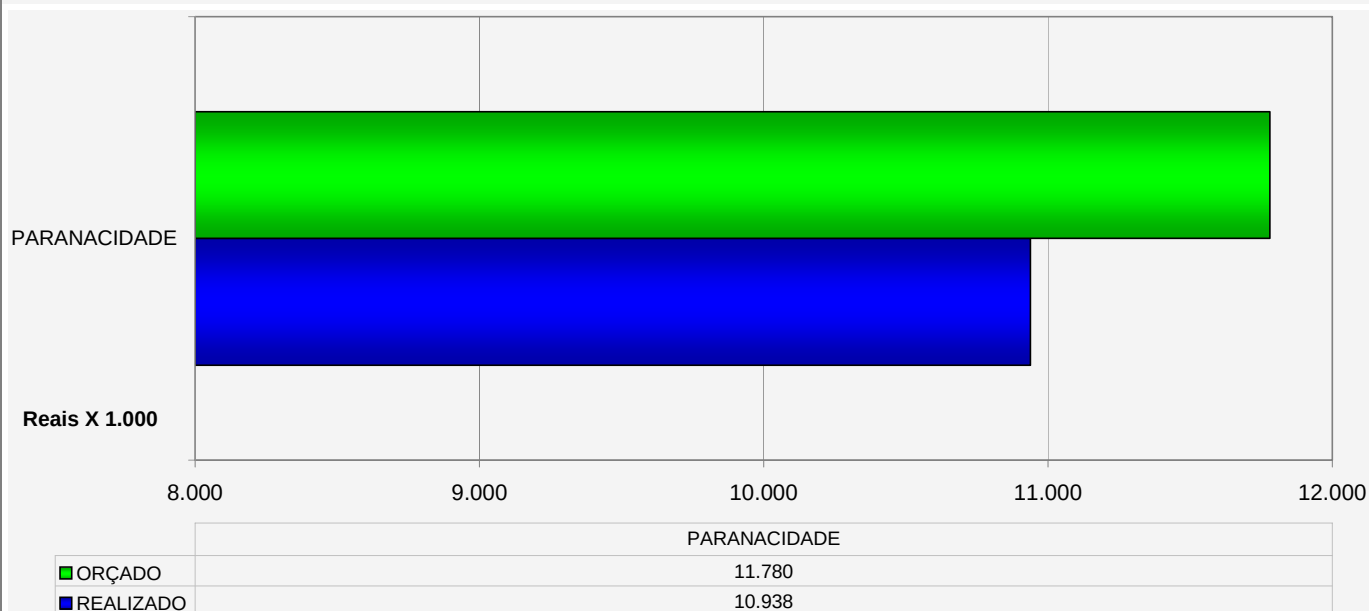
COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2006

R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

PARANACIDADE		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
MANUTENÇÃO	Pessoal	9.000.000	8.417.002	582.998	93,52
	Custeio	2.500.000	2.266.274	233.726	90,65
	Investimento	280.000	254.490	25.510	90,89
TOTAL - PARANACIDADE		(*) 11.780.000	10.937.765	842.235	92,85

(*) Aprovado na 102ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO

Percentual realizado 92,85%

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS FDU**

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO EXERCÍCIO 2006

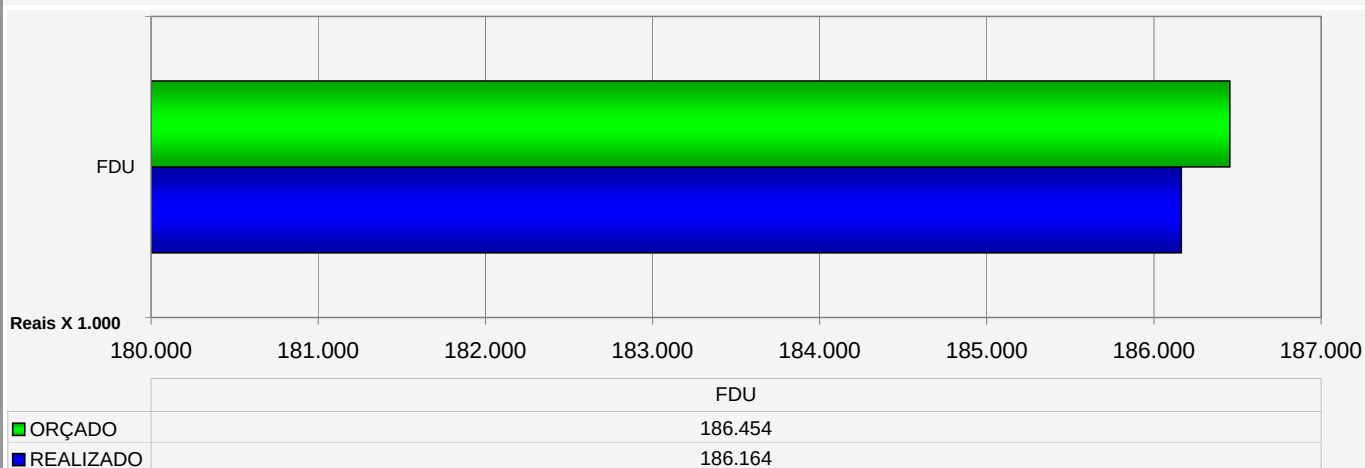
ORÇADO X REALIZADO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU					
- EMPRÉSTIMO / OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO VINCULADO AO PROGRAMA PARANÁ URBANO II / BID	37	77.679.000	77.678.310	690	100,00
- CONVÊNIO EXTERIOR / TRANSPORTE URBANO / DOAÇÃO BID	33	920.000	915.300	4.700	99,49
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU e FDU	41	70.855.000	70.072.482	782.518	98,90
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	37.000.000	37.497.781	(497.781)	101,35
TOTAL		186.454.000	186.163.873	290.127	99,84

(*) Aprovado na 102ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranácidade.

ORÇADO x REALIZADO



DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2006
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS	
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	254.954.632
RECURSOS RETIDOS NA SEFA	
⇒ OITAVO, NONO E DÉCIMO TERMOS ADITIVOS AO CONTRATO DE GESTÃO (FDU e BID)	10.297.606
RECURSOS A RECEBER	
⇒ CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
- Programa Paraná Urbano - PPU	17.314.710
- Programa Paraná Urbano II - PPU II - Sanepar e Cohapar	64.760.750
- Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU Puro	39.763.477
TOTAL	387.091.175

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2004 - 2005 - 2006

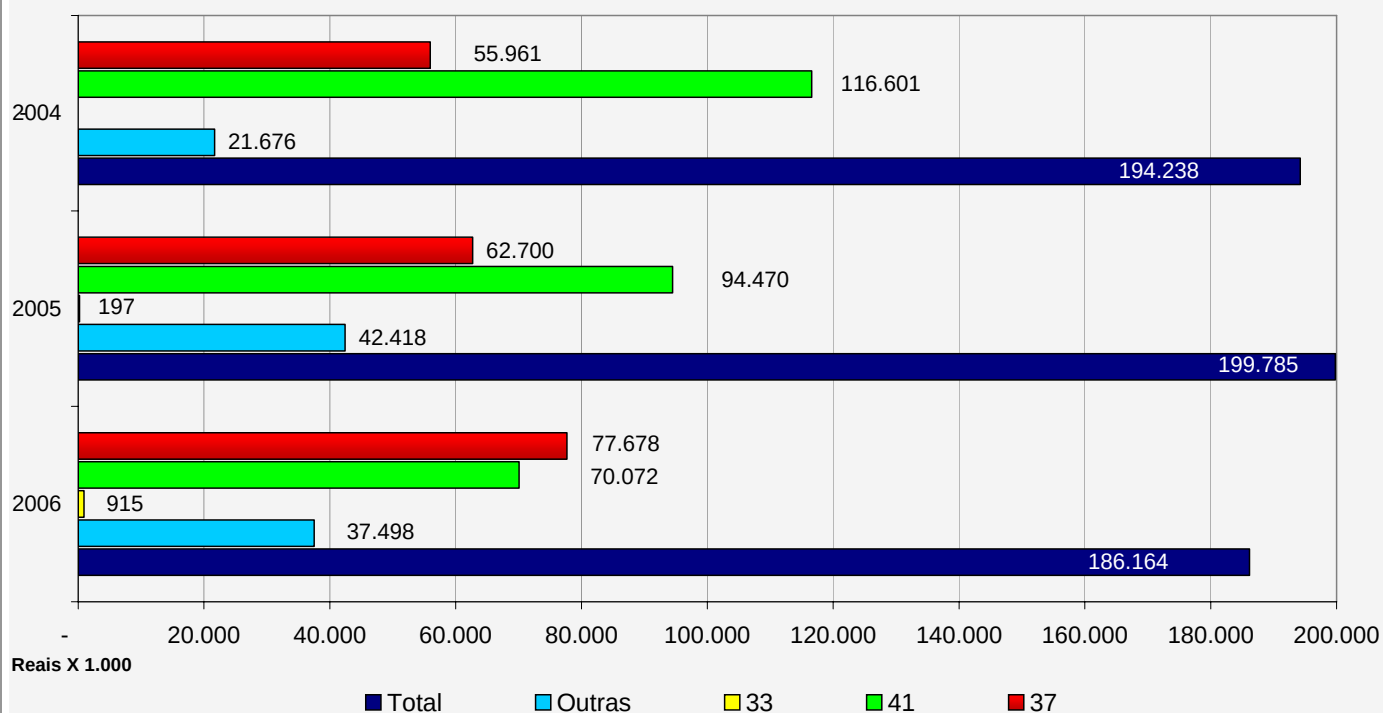
DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2004	2005	2006	VARIACÃO %	
					2005 x 2004	2006 x 2005

R\$ 1.000

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

- Empréstimo / Operação de Crédito externo vinculado ao Programa Paraná Urbano II - BID	37	55.961.066	62.699.717	77.678.310	12,04	23,89
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU e FDU	41	116.600.538	94.470.194	70.072.482	-18,98	-25,83
- Convênio Exterior / Transporte Urbano / Doação BID	33	-	197.387	915.300	100,00	363,71
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	21.676.355	42.418.070	37.497.781	95,69	-11,60
TOTAL		194.237.959	199.785.368	186.163.873	2,86	-6,82

Entradas de Recursos por Fonte



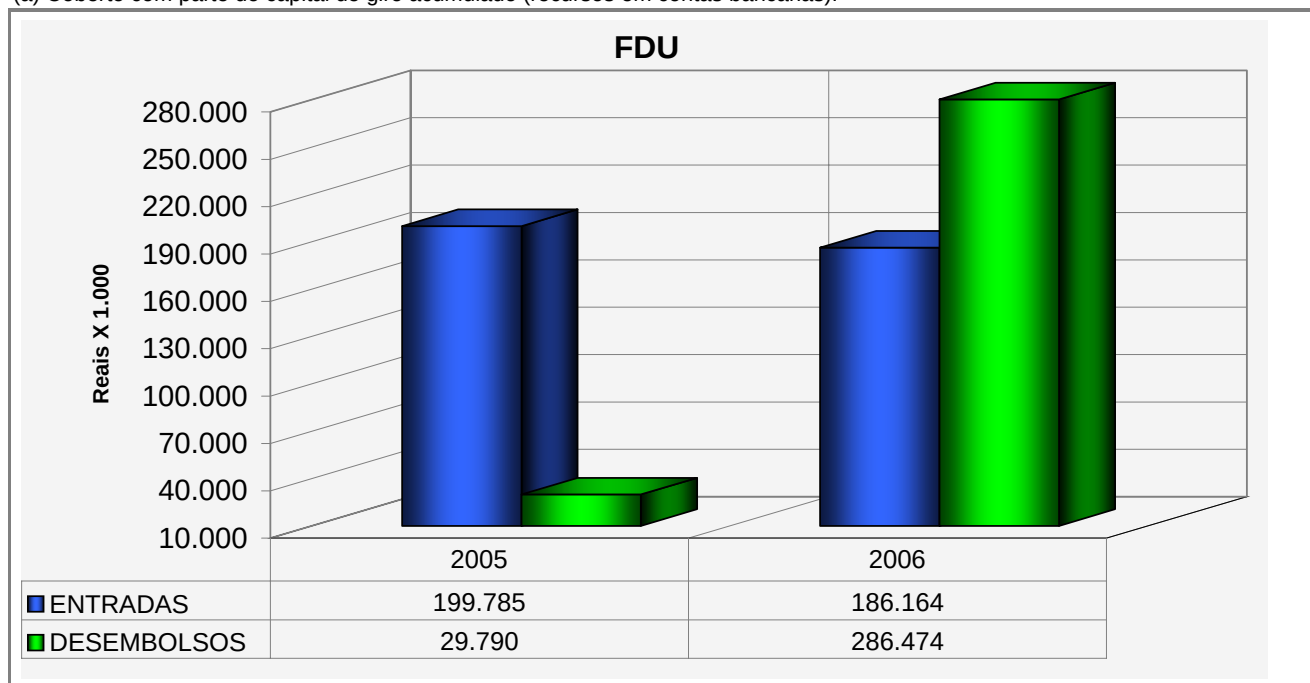
COMPARATIVO ENTRADAS DE RECURSOS X DESEMBOLSOS

REALIZADOS em 2005 e 2006

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	FDU		VARIÇÃO % (2006 x 2005)
	2005	2006	
ENTRADAS	199.785.368	186.163.873	-6,82
DESEMBOLSOS	29.790.200	286.473.744	861,64
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	169.995.168	(a) (100.309.871)	-159,01

(a) Coberto com parte do capital de giro acumulado (recursos em contas bancárias).



DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2005	31/12/2006
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	355.244.179	254.954.632
RECURSOS RETIDOS NA SEFA		
⇒ OITAVO, NONO E DÉCIMO TERMOS ADITIVOS AO CONTRATO DE GESTÃO (FDU e BID)	18.415.136	10.297.606
TOTAL	373.659.315	265.252.238

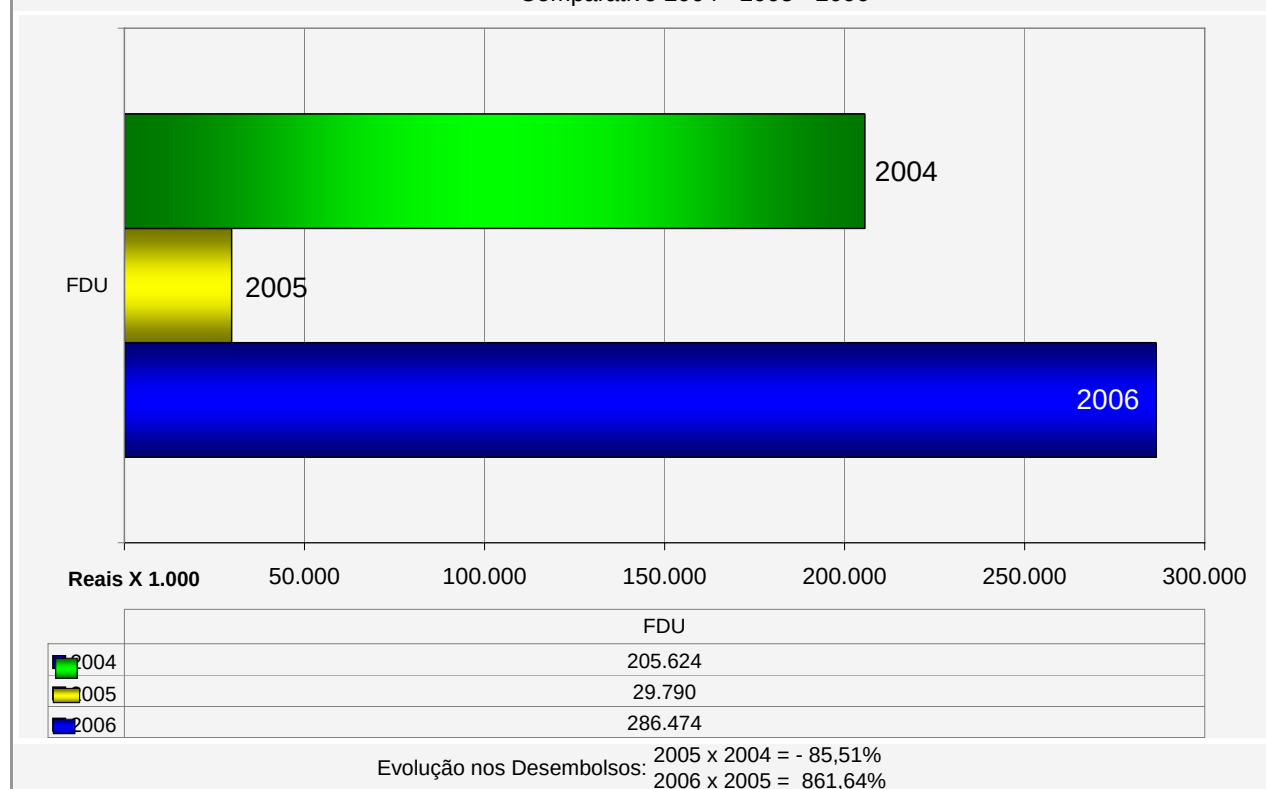
COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2004 - 2005 - 2006

R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES		Valores Nominais			Variação %	
		2004	2005	2006	2005 X 2004	2006 X 2005
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU						
	Municípios	385.826	883.926	404.219	129,10	-54,27
	Sanepar	10.261.551	18.373.152	36.992.060	79,05	101,34
	Ações de Apoio - PPU II	-	5.737.721	5.827.848	100,00	1,57
	Agência de Fomento (Municípios)	187.000.000	-	210.000.000	-100,00	100,00
	Valorização Cultural	6.295.138	2.468.489	9.324.108	-60,79	277,73
PROJETOS	Fortalecimento Associações	822.008	167.786	707.890	-79,59	321,90
	Transporte Urbano	55.512	997.569	927.412	1.697,03	-7,03
	Comp. Exercícios Anteriores	804.085	-	-	-100,00	-
	Contrato de Gestão - Paranacidade	-	1.161.556	5.181.264	100,00	346,06
	Melhoria de Bairros Subnormais	-	-	10.472.344	-	100,00
	Outros Desembolsos	-	-	6.636.600	-	100,00
TOTAL - FDU		205.624.120	29.790.200	286.473.744	-85,51	861,64

Comparativo 2004 - 2005 - 2006



COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2006

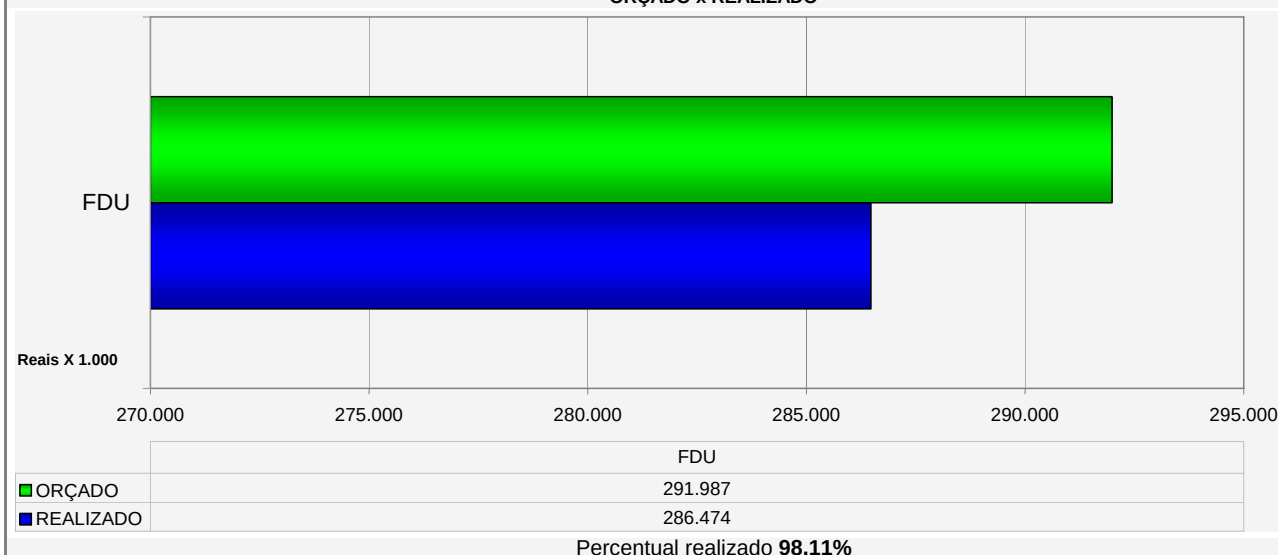
R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU				ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %	
PROJETOS	FDU	PPU II	Sanepar	39.000.000	36.992.060	2.007.940	94,85	
			Valorização Cultural	10.000.000	9.324.108	675.892	93,24	
			Fortalecimento Associações	710.000	707.890	2.110	99,70	
			Agência de Fomento (Integralização Capital)	210.000.000	210.000.000	-	100,00	
			Melhoria de Bairros Subnormais (Urbanização de Favelas)	11.000.000	10.472.344	527.656	95,20	
			SUBTOTAL	270.710.000	267.496.402	3.213.598	98,81	
		AÇÕES DE APOIO À EXECUÇÃO DO PPU II	Auditoria contábil e de obras, avaliações anuais do Programa e Estudo de Análise de Risco de outras ações	120.000	101.455	18.545	84,55	
			Elaboração de Ortocarta-Imagem, Mapa de Uso e Ocupação do Solo e atualização das cartas topográficas digitais existentes no Estado do Paraná	1.100.000	1.084.264	15.736	98,57	
			Contratação de Projetos Padrão	850.000	835.899	14.101	98,34	
			Publicidade	2.400.000	2.052.151	347.849	85,51	
			Qualificação para a Gestão Municipal	135.000	120.000	15.000	88,89	
			Planos de Desenvolvimento Regionais	1.700.000	1.634.078	65.922	96,12	
			SUBTOTAL	6.305.000	5.827.848	477.152	92,43	
			EMPRÉSTIMOS A MUNICÍPIOS	Contratos Antigos	410.000	404.219	5.781	98,59
			Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE	6.182.000	5.181.264	1.000.736	83,81	
			FUNDO JAPONÊS DE ASSISTÊNCIA / TRANSPORTE	980.000	927.412	52.588	94,63	
			Outros Desembolsos (Quadras Cobertas, Posto de Bombeiro Comunitário, Reforma de Escolas, Planos Diretores)	7.400.000	6.636.600	763.400	89,68	
			SUBTOTAL	14.972.000	13.149.494	1.822.506	87,83	
TOTAL - FDU				(*) 291.987.000	286.473.744	5.513.256	98,11	

(*) Aprovado na 102ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

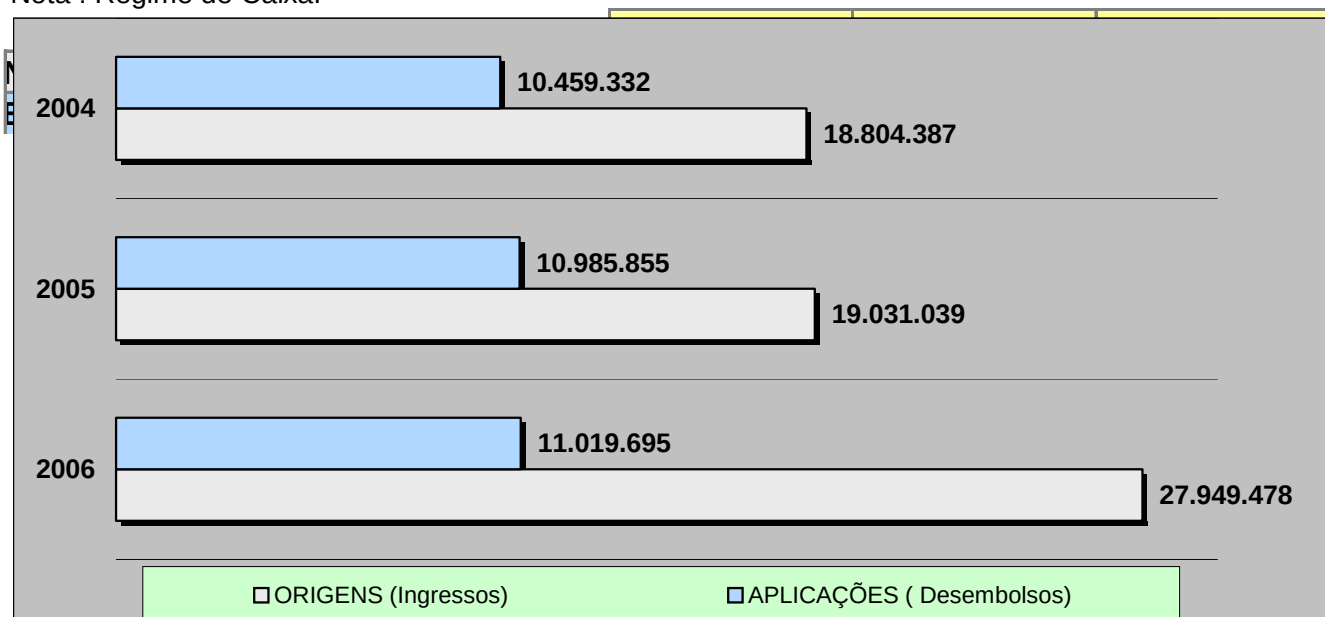
- **DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS
E APLICAÇÕES DE RECURSOS**

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2006 X 2005 X 2004

Em R\$ 1,00

CONTA PARANACIDADE			
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	2006	2005	2004
ORIGENS (Ingressos)	27.949.478	19.031.039	18.804.387
. Saldo ano anterior	8.045.184	8.345.055	9.064.826
. Recursos manutenção (C.Gestão)	5.181.263	1.161.556	
. Rendas de aplicações financeiras	866.693	1.523.411	1.064.512
. Ato Conjunto - Agência de Fomento	5.551.807	7.995.887	8.638.541
. Vendas de produtos/serviços	21.065	5.130	33.508
. Recuperação Sinistro - Veículos	21.499		
. Convênio SESA-ISEP	8.261.967		3.000
APLICAÇÕES (Desembolsos)	11.019.695	10.985.855	10.459.332
. Despesas de pessoal	8.417.002	8.411.599	8.179.823
. Despesas de custeio	2.345.628	2.156.036	1.935.615
. Investimentos	254.490	403.720	110.810
. Caução Garantia	2.578		
. Plano desenvolvimento regional			141.000
. Programa geração de empregos			40.068
. Programa valorização cultural			52.016
. Outros valores a municipalidades		14.500	
SALDO	16.929.783	8.045.184	8.345.055

Nota : Regime de Caixa.

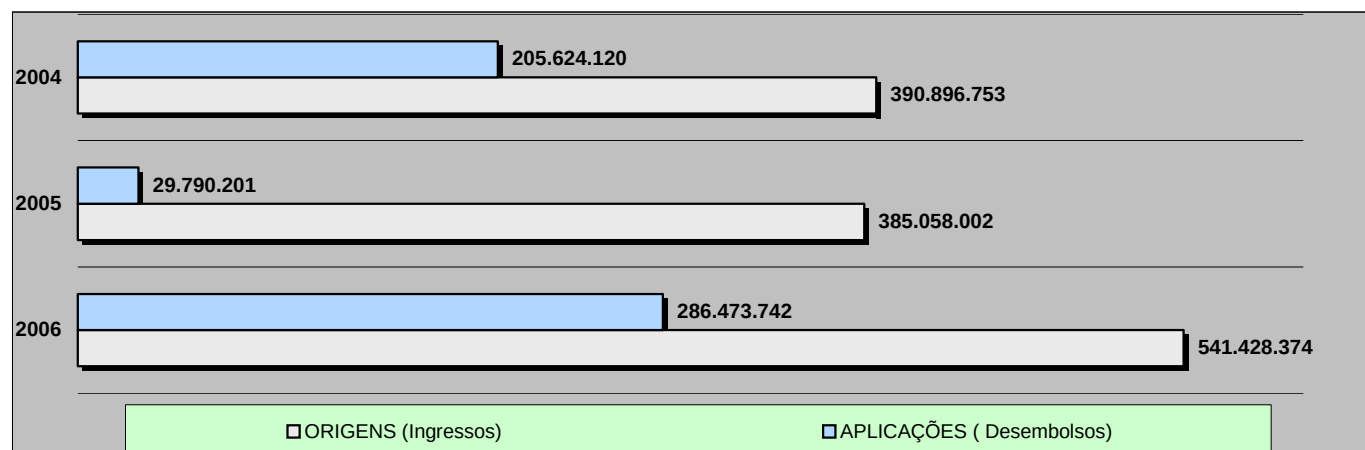


DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2006 X 2005 X 2004

Em R\$ 1,00

CONTAS FDU/BID			
AÇÕES OPERACIONAIS	2006	2005	2004
ORIGENS (Ingressos)	541.428.374	385.058.002	390.896.753
. Saldo ano anterior	355.244.180	185.272.634	196.637.085
. Empréstimos e Financiamentos	77.678.310	62.699.717	55.961.066
. Retorno do PPU	33.813.400	63.230.703	83.691.572
. Retorno do FDU	25.342.013	27.434.463	32.600.496
. Retorno do PPU II / SFM	10.917.069	3.805.028	308.470
. Rendas de aplicações financeiras	36.274.830	42.148.860	21.449.726
. Cooperação Técnica - Fundo Japonês	915.300	197.387	
. Outros Ingressos		269.210	
. Outras Receitas	1.222.951		226.629
. Caução de garantia	20.321		21.707
APLICAÇÕES (Desembolsos)	286.473.742	29.790.201	205.624.120
. Integralização Capital Agência Fomento	210.000.000		187.000.000
. Municípios	404.219	883.926	385.826
. Projetos Padrão	835.898	286.899	
. Sanepar	36.992.061	18.373.152	10.261.551
. Urbanização de favelas	10.472.343		
. Programa de Valorização Cultural	9.324.109	2.468.489	6.295.138
. Manutenção Paranacidade (C. Gestão)	5.181.263	1.161.556	
. Qualificação Gestão Municipal	120.000	160.000	
. Compromissos exercícios passados			804.085
. Projeto fortalecimento associações	707.890	167.786	822.008
. Fundo Japonês - assist. transporte	927.413	997.569	55.512
. Publicidade	2.052.152	3.561.056	
. Planos Desenvolvimentos Regionais	1.634.079	1.216.913	
. Orotocarta - imagem	1.084.265	480.030	
. Estudos e Análises de projetos	101.454	32.825	
. Quadras cobertas / Postos Bombeiros	6.636.600		
. Caução de garantia		23.621	
SALDO	254.954.632	355.267.801	185.272.634

Nota : Regime de Caixa.



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005					
Em R\$ mil					
ATIVO			PASSIVO		
	2006	2005		2006	2005
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	18.875	8.389	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	9.700	1.570
Caixa e Bancos	343	22	Fornecedores	396	270
Aplicações financeiras (nota 4)	16.587	8.023	Salários e Encargos Sociais	231	230
Contas a Receber AFPR S/A	1.655	156	Obrigações Sociais e Fiscais	83	5
Pref.Municipal Piraquara	74	61	Provisão para Férias e Encargos	905	1.038
Almoxarifado	44	20	Convênio de Cooperação Técnica (nota 6)	8.054	
Adiantam. a empregados	77	90	Outras contas a pagar	31	27
Outros créditos	95	17			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.612	1.858	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	83	
PERMANENTE	1.612	1.858	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	83	
Imobilizado (nota 5)	1.612	1.858	Provisão para contingências (nota 7)	83	
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 8)	10.704	8.677
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
			Superávits Acumulados	6.138	4.111
TOTAL DO ATIVO	20.487	10.247	TOTAL DO PASSIVO	20.487	10.247
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005			
	Em R\$ mil		
	RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	SUPERÁVITS (DÉFICITS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	4.566	5.421	9.987
Déficit do exercício		(1.310)	(1.310)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	4.566	4.111	8.677
Superávit do exercício		2.027	2.027
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	4.566	6.138	10.704
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

Em R\$ mil

	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Superávit / (Déficit) do exercício	2.027	(1.310)
DESPESAS QUE NÃO AFETAM O CAPITAL CIRCULANTE		
Depreciação	392	444
Recursos oriundos das operações	2.419	(866)
Aumento do exigível a longo prazo	83	
TOTAL DAS ORIGENS	2.502	
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aquisição de ativo imobilizado	146	553
TOTAL DAS APLICAÇÕES	146	553
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	2.356	(1.419)
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante:		
No fim do exercício	18.875	8.390
No início do exercício	8.390	9.546
	10.486	(1.156)
Passivo Circulante:		
No fim do exercício	9.700	1.570
No início do exercício	1.570	1.307
	8.130	263
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	2.356	(1.419)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

	Em R\$ mil	
	2006	2005
RECEITAS OPERACIONAIS	13.134	9.807
Contrato de Gestão (nota 1.a)	5.181	1.161
Receitas de Ato Conjunto (nota explicativa 1.b)	7.021	7.117
Receitas Financeiras	866	1.523
Outras Receitas	66	6
DESPESAS OPERACIONAIS	(11.107)	(11.117)
Despesas com Pessoal (nota 9)	(8.228)	(8.434)
Despesas Gerais (nota 10)	(1.165)	(1.191)
Utilidades e Serviços Contratados (nota 11)	(1.439)	(964)
Despesas Tributárias	(275)	(528)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	2.027	(1.310)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração

Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

- (a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996, atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita (ata da 84ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S/A abaixo do orçado, fez a Administração decidir por apropriar-se de 8% das liberações à Sanepar e este procedimento foi estendido também à Cohapar no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

- c. Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 22 de janeiro de 2002, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a ser processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2006, a Entidade recebeu R\$ 7.021 (2005 – R\$ 7.117) por conta desse Ato Conjunto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) – Apresentação e divulgações, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº488, naquela mesma data; e Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitidos pelo IBRACON, 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação nº 489, naquela mesma data. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às deliberações mencionadas, e permitir aos usuários e comparabilidade com o exercício corrente. A principal alteração resultante da aplicação dessas deliberações foi a apresentação do grupo “Não Circulante” no ativo e no passivo.

3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

(a) Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Os demais ativos circulante e a longo prazo, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização.

(b) Ativo Permanente - imobilizado

É apresentado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 5.

(c) Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

(d) Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(e) Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

A provisão de férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

(f) Novos padrões de apresentação

A deliberação CVM nº 488/2005, cuja entrada em vigor foi alterada pela Deliberação CVM nº 496/2006, converge com as práticas contábeis internacionais ao aprovar o Pronunciamento IBRACON nº 27/2005, estabelecendo novos padrões de apresentação e divulgação de demonstrações contábeis.

Como consequência do citado pronunciamento do IBRACON, o ativo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante, sendo este último desmembrado em Realizável a Longo Prazo,

Investimento, Imobilizado, Intangível e Diferido. O Passivo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante.

Dessa forma, as presentes demonstrações contábeis estão apresentadas em consonância com os novos padrões estabelecidos. Os saldos contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificados para permitir uma adequada comparação.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2006	2005
Banco do Brasil	FIF	Variáveis	Liquidez imediata	10.995	3.086
Banco Bradesco	FIF	Variáveis	Liquidez imediata	5.592	
Banco Bradesco	CDB	1,35 %	Janeiro/2006		4.937
				16.587	8.023

CDB – Certificado de depósito bancário

FIF – Fundo de investimento financeiro

5. ATIVO IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação %	2006	2005
Terrenos		210	210
Edificações	4	604	604
Microcomputadores e softwares	20	1.118	1.118
Móveis e utensílios	10	719	706
Veículos	20	786	988
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	60
Equipamentos e sistemas de telefonia e telemática	20	1.057	1.058
Outras imobilizações	Até 10	<u>150</u>	<u>169</u>
		4.733	4.913
Depreciação acumulada		<u>(3.121)</u>	<u>(3.055)</u>
		<u>1.612</u>	<u>1.858</u>

6. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de Unidade de Saúde, de forma a viabilizar a implementação do **PROJETO DO CENTRO DE SAÚDE BÁSICO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À MULHER E A CRIANÇA**

A entidade recebeu R\$ 9.000, no ano de 2006, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Entidade total	Aplicação	Rendimentos	Utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	
SESA/ISEP	9.000	294	(1.161)	(79)	8.054

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingência foi constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade, a qual é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com estes processos. Os depósitos judiciais foram reclassificados de acordo com a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.066 de 21 de dezembro de 2005.

	2006	2005
Processos Trabalhistas	102	51
Processos cíveis	<u>36</u>	<u>----</u>
	138	51
(-) Depósitos judiciais	<u>(55)</u>	<u>(51)</u>
	83	

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo superávit apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

9. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2006	2005
Salários e Gratificações	4.661	4.667
Encargos sociais	2.143	2.108
Assistência médica e social	259	260
Outras despesas com pessoal	<u>1.165</u>	<u>1.399</u>
	8.228	8.434

10. DESPESAS GERAIS

Descrição	2006	2005
Depreciações e amortizações	392	444
Acordos e convênios	54	80
Aluguéis	191	183
Material de consumo	188	136
Viagens e representações	123	161
Combustível	128	104
Outras	<u>89</u>	<u>83</u>
	1.165	1.191

11. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2006	2005
Telefone e fax	195	203
Serviços de informática	176	143
Propaganda e publicidade	194	116
Higiene e limpeza	171	121
Feiras e eventos	68	103
Correios	34	35
Manutenção e reparos	85	36
Refeições	8	14
Consultorias	252	
Auditoria	44	59
Elaboração de projetos	83	18
Outras despesas	<u>129</u>	<u>116</u>
	1.439	964

12. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados a administração tem ciência que existem aspectos controversos e inconclusivos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

13. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paracidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 estão identificados a seguir:

Descrição

Saldo contábil	Saldo de mercado	
Disponibilidade	343	343
Aplicações financeiras	<u>16.587</u>	<u>16.587</u>
	16.930	16.930

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2006, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7329/0-2
CPF 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005					
Em R\$ mil					
ATIVO			PASSIVO		
	2006	2005		2006	2005
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	296.073	417.453	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	12.208	5.202
Caixa e Bancos	-	-	Empréstimos e Financiamentos (nota 7)	10.910	4.510
Aplicações financeiras (nota 4)	254.955	355.243	Fornecedores	1.246	556
Financiamentos concedidos (nota 5)	34.631	56.037	Outras contas a pagar	52	136
Recursos a receber da Secret. de Estado da Fazenda (nota 6)	6.000	6.173			
Contas a Receber	487	-			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	91.506	91.227	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	209.016	151.859
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos concedidos (nota 5)	87.208	78.985	Provisões para contingências	431	431
Recursos a receber da Secret. de Estado da Fazenda (nota 6)	4.298	12.242	Empréstimos e Financiamentos (nota 7)	208.585	151.427
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 8)	166.355	351.618
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	52.397	262.397
			Superávit Acumulados	55.963	89.221
			Reserva conforme Decreto 5927-23/12/05	57.995	
TOTAL DO ATIVO	387.579	508.680	TOTAL DO PASSIVO	387.579	508.680
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004				
	Em R\$ mil			
	RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	RESERVA CONFRME DECRETO 5927- 23/12/05	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	262.397	39.199		301.596
Superávit do exercício		50.023		50.023
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	262.397	89.222		351.619
Redução de capital por transferência de recursos à Agência de Fomento do Paraná S/A (nota 8)	(210.000)			(210.000)
Constituição de reserva Decreto nº 5927-23/12/05		(57.995)	57.995	
Superávit do exercício		24.735		24.735
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	52.397	55.962	57.995	166.355
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Luiz Forte Netto
 Superintendente
 CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
 Diretor de Administração e Finanças
 Contador CRC-PR 7.329/0-2
 CPF : 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005		
	Em R\$ mil	
	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Superávit do exercício	24.735	50.022
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Variações monetárias e cambiais e juros de longo prazo	(17.133)	(13.056)
	<u>7.603</u>	<u>36.966</u>
DE TERCEIROS		
Aumento do exígível a longo prazo		431
Redução do realizável a longo prazo	44.176	65.515
Empréstimos e Financiamentos obtidos	<u>72.463</u>	<u>62.700</u>
	<u>116.639</u>	<u>128.646</u>
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	124.242	165.612
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Financiamentos concedidos	42.628	19.257
Redução de capital por transferência de recursos	210.000	
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	252.628	19.257
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(128.385)	146.355
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante:		
No fim do exercício	296.073	417.453
No início do exercício	<u>417.453</u>	<u>271.366</u>
	<u>(121.380)</u>	<u>146.087</u>
Passivo Circulante:		
No fim do exercício	12.208	5.202
No início do exercício	<u>5.202</u>	<u>5.471</u>
	<u>7.006</u>	<u>(269)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(128.385)	146.356
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005		
	2006	Em R\$ mil 2005
RECEITAS OPERACIONAIS	52.048	67.158
Receitas Financeiras		
Financiamentos Concedidos	14.749	18.723
Aplicações Financeiras	36.275	42.149
Despesa/receita de variação cambial	(1.114)	5.875
Outras Receitas	2.138	411
DESPESAS OPERACIONAIS	(27.313)	(17.136)
Contrato de Gestão	(5.181)	(1.162)
Despesas/Receitas Financeiras com Empréstimos e Financiamentos	7.118	(6.473)
Serviços Contratados	(1.352)	(785)
Despesas Gerais (nota 9)	(22.582)	(8.676)
Despesas / Fundo perdido	(5.301)	-
Outras Despesas	(14)	(40)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	24.735	50.023
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, tem os seguintes principais objetivos:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com o advento, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi impedido de conceder diretamente aos municípios novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e 10.303/01), bem como com os procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Instituto dos Auditores do Brasil – IBRACON, sendo as mais significativas apresentadas no sumário a seguir:

3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

a) Ativos Circulante e Não Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data de balanço.

b) Passivos Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

c) Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(d) Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

A provisão de férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

(e) Novos padrões de apresentação

A deliberação CVM nº 488/2005, cuja entrada em vigor foi alterada pela Deliberação CVM nº 496/2006, converge com as práticas contábeis internacionais ao aprovar o Pronunciamento IBRACON nº 27/2005, estabelecendo novos padrões de apresentação e divulgação de demonstrações contábeis.

Como consequência do citado pronunciamento do IBRACON, o ativo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante, sendo este último desmembrado em Realizável a Longo Prazo Investimento, Imobilizado, Intangível e Diferido. O Passivo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante.

Dessa forma, as presentes demonstrações contábeis estão apresentadas em consonância com os novos padrões estabelecidos. Os saldos contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificados para permitir uma adequada comparação

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Produto</u>	<u>Taxa mensal de remuneração</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Banco do Brasil	CDB	1,33 a 1,54%	Janeiro/06		4.252
Banco do Brasil	CDB-PÓS	Variável	Setembro/07	47.673	41.525
Banco do Brasil	FIF	Variável	Liquidez imediata	77.231	200.116
Banco Itaú	CDB	1,34 a 1,55%	Janeiro/06		20.680
Banco Bradesco	FIF	Variável	Liquidez imediata	11.916	10.440
Banco Bradesco	CDB	1,34 a 1,55%	Janeiro/06		78.230
CEF	FIF	Variável	Liquidez imediata	<u>118.135</u>	
				254.955	355.243

CDB – Certificado de depósito bancário

FIF – Fundo de investimento financeiro

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

<u>Programa</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
PPU	TR mais 8,85%	17.315	48.030
FDU	TR mais 8,85%	39.763	59.535
PPU II / SFM	TR mais 8,85% e TJLP mais 14,75%	64.761	27.457
Totais		<u>121.839</u>	<u>135.022</u>
Ativo circulante		34.631	56.037
Realizável a longo prazo		87.208	78.985
TR – Taxa Referencial de Juros			
TJLP – Taxa de Juros a Longo Prazo			

Os encargos e as amortizações são recebidos mensalmente em prazos remanescentes de até 07 anos que variam de acordo com a época da liberação dos recursos e prazos definidos contratualmente.

Como forma de garantia do pagamento dos empréstimos e subempréstimos concedidos, os municípios delegam ao agente financeiro Banco Banestado S.A. (Banco Itaú S.A.), poderes para reter o repasse das importâncias que lhes couberem no Fundo de Participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Por essa razão, o fundo não apresenta inadimplência.

O saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2006 será recebido como segue:

2008	36.268
2009	27.273
2010 a 2014	<u>23.667</u>
Total	87.208

6. RECURSOS A RECEBER DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Os recursos transferidos à SEFA, através do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, ainda não devolvidos ao FDU, foram convertidos em dólares norte-americanos, através do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, sobre os quais não incidem juros.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, os recursos retidos na SEFA, no valor equivalente a US\$ 4.816 mil, para pagamento do empréstimo contraído junto ao BID, originaram variação cambial passiva, no exercício de 2006, no montante de R\$ 1.114 (2005 – R\$ 2.931), que se encontra refletido na demonstração do superávit (déficit) na rubrica “Receitas (despesas) com variações cambiais”

Esses valores não tem prazo de vencimento e estão sendo amortizados através dos pagamentos, realizados diretamente pela SEFA de parte de Encargos e Amortizações do Contrato de Empréstimo nº 1.405/OC/BR, celebrado entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em 03 de julho de 2002, sob responsabilidade do FDU e Agência de Fomento do Paraná S/A. (Nota explicativa 7).

Durante o exercício de 2006 foram amortizados R\$ 7.003 mil (2005 – R\$ 6.175 mil), a parcela de curto prazo corresponde a estimativa de valores que serão recebidos no exercício de 2007.

Segundo o Ofício nº 364/2006-GAB, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, ficou acordado em reunião realizada em 21 de novembro de 2006, entre os representantes

daquela Secretaria e do Serviço Social Autônomo Paracidade, que o Estado do Paraná cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmado em 23 de outubro de 1996, estando sob responsabilidade da Administração elaboração de documentação hábil para ratificação deste acordo.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO E LONGO PRAZOS)

Refere-se ao contrato de empréstimo nº 1.405/OC/BR, celebrado em 03 de julho de 2002 entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de até o montante de US\$ 100 milhões, para prover recursos ao Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

De acordo com a Lei-Pr nº 13.614, de 05 de junho de 2002, o total de juros, encargos e amortizações, decorrente deste empréstimo, ficará sob a responsabilidade do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, gerido através do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná S/A.

O FDU mantém registrada a totalidade dos valores de juros, encargos e liberações dos recursos oriundos deste contrato, em decorrência do processo em andamento para definição do retorno ao Fundo de recursos da Agência de Fomento.

Tal processo está sendo conduzido pela Administração da entidade no sentido de adequar a legislação voltada à Agência de Fomento e ao FDU, para respaldar o retorno de recursos ao Fundo provenientes dos lucros das operações de crédito realizadas pela Agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – Paraná Urbano II, para composição de reservas visando o pagamento do empréstimo em questão.

Sobre os recursos advindos deste empréstimo para o FDU incidem encargos anuais com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 4,16% ao ano.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, tais recursos equivalentes a US\$ 100.000 mil, originaram variação cambial ativa, no exercício de 2006, no montante de R\$ 15.305 (2005 – R\$ 8.806), que se encontra refletida nas Demonstrações Financeiras.

O empréstimo é garantido por aval concedido pelo Tesouro Nacional.

As parcelas de amortização de longo prazo tem vencimentos semestrais nos meses de janeiro e julho de cada ano, após seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, que ocorreu em agosto de 2006. A amortização inicia-se em julho de 2007 e a última parcela deste empréstimo dar-se-á em julho de 2027.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos e do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997 e do superávit (déficit) apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em

desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2006, o valor de R\$ 517.000 de recursos do FDU foi transferido à referida Agência.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná fica inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU, que em cada exercício financeiro, poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2006, poderão ser destinados recursos, na forma estabelecida, referente ao resultado líquido dos últimos três exercícios financeiros, estando refletido nas Demonstrações Financeiras o montante de R\$ 57.995 (fonte de recursos FDU/Renda Líquida).

9. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2006	2005
Rádio e Televisão Educativa do Paraná	Convênios nºs 001/2003/SEDU/PVC e 001/2005/SEDU/PVC	2.270	127
Federação das associações dos municípios do Paraná	Convênio nº 001/2004/SEDU	611	264
Museu Oscar Niemeyer	Convênio nº 001/2004/SEDU/PVC	1.333	931
Cine Teatro Opéra	Convênio 019/2002/SEDU/PVC		1.216
SEBRAE	Convênio nº 002/2003/SEDU	120	160
Cine Império	Convênio nº 003/2003/SEDU/PVC	1.747	177
Programa Sistema Transporte Urbano	Conv.Coop.Téc. ATN/JF-7378/BR	757	1.023
Planos Divulgação obras PPU II	Convênios nº 029/2004/PU/SEDU e 011/2005/PU/SEDU	2.052	3.561
Política Desenv.Regional	Convênio 002/2005	1.585	1.193
Programa de Valorização Cultural		4.052	
Despesas com recursos da fonte Renda Líquida (Decr. 5927-23/12/05)		7.958	
	Outros	<u>97</u>	<u>24</u>
		22.582	8.676

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de

avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Saldo de mercado
Aplicações financeiras	254.955	254.955
Empréstimo e subempréstimos concedidos	121.839	121.839
	<u>376.794</u>	<u>376.794</u>

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2006, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7329/0-2
CPF 005.186.979-91

QUADRO DE RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

EXERCÍCIOS DE 2006, 2005 E 2004

DESCRIÇÃO	Em Reais mil			Variação em %	
	2006	2005	2004	2006 x 2005	2005 x 2004
RECEITAS (Financeiras/juros, correções monetárias e variação cambial/outras)	80.487	76.966	64.173	5	20
DESPESAS (BID/Base Cartográfica/Bombeiros/Quadras/Manutenção/Fdo Perdido/Tributárias)	53.725	28.252	25.226	90	12
. Juros e comissões de crédito do Empréstimo BID	8.188	6.473	6.290	26	3
. Base Cartográfica, Valorização Cultural, Manutenção, Fdo Perdido (proj.sociais) e Tributárias	45.537	21.779	18.936	109	15
SUPERÁVIT (DÉFICIT)	26.763	48.714	38.947	-55	25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Capital + Superávit(Déficit))	177.060	360.297	311.583	-51	16
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A	210.000	0	187.000		
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (Contratos antigos)	42.628	19.257	12.881	121	49
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS - SALDO A RECEBER (Retorno futuro)	121.839	135.022	191.512	-10	-29
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS - RETORNO EFETIVO	70.072	94.470	116.601	-26	-19
EMPRÉSTIMO BID - LIBERAÇÕES DE RECURSOS	77.678	62.700	55.961	24	12
EMPRÉSTIMO BID - ENCARGOS E JUROS PAGOS	17.913	10.685	7.921	68	35
EMPRÉSTIMO BID - SALDO A PAGAR	219.495	155.938	101.746	41	53
RECURSOS A RECEBER E RETIDOS JUNTO À SEFA	10.298	18.415	27.521	-44	-33
QUOCIENTES					
SITUAÇÃO FINANCEIRA (Liquidez Geral = Ativo Real/Passivo Real)	1,76	3,26	3,97	-46	-18
GRAU DE ENDIVIDAMENTO (Capital de terceiros s/próprios = Passivo Real/PL)	1,537	0,509	0,334	202	52
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Rentabilidade = Superávit(Déficit)/PL)	0,179	0,156	0,126	-114	123,81

Notas:

- . Ativo Real : Ativos circulante + Realizável a longo prazo
- . Passivo Real : Passivos circulante + Exigível a longo prazo
- . PL : Patrimônio Líquido

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **AUDITORIA EXTERNA**

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE
2005, E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005*****CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e conselheiros
Serviço Social Autônomo Paranacidade
Curitiba – PR

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais do Serviço Social Autônomo Paranacidade levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras do Serviço Autônomo Paranacidade em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, os resultado de suas atividades, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Conforme descrito na nota explicativa 12, a administração entende que, por constituir-se sob a forma de Entidade sem fins lucrativos, está isenta da incidência de tributos (IRPJ, CSSL, PIS e COFINS) sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados. Em razão da inexistência de jurisprudência para o tema e a incerteza que o permeia, inclusive quanto a opinião de seus assessores jurídicos, não é possível a mensuração dos eventuais impactos econômicos, financeiros e regulamentares decorrentes destas circunstâncias sobre as demonstrações contábeis de 2006 e de 2005 da Entidade.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e conselheiros
Serviço Social Autônomo Paranacidade
Curitiba – PR

- 5 As demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Entidade. A apresentação de déficits operacionais nos últimos exercícios, que decorreu substancialmente da decisão da administração, revisada anualmente, em abdicar do direito de receber as receitas decorrentes da gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, em função do recebimento de receitas relativas aos financiamentos concedidos aos municípios através da Agência de Fomento do Estado do Paraná previstas como suficientes nos orçamentos anuais. Entretanto, tais receitas não se realizaram nos montantes previstos gerando a necessidade de revisão desses mesmos orçamentos. No exercício de 2006, a revisão orçamentária previu a realização de receitas do Ato Conjunto insuficientes o que levou ao incremento de receitas da gestão do Fundo, em especial sobre os contratos firmados com a Sanepar e Cohapar, o que ocasionou a reversão do déficit apurado nos exercícios anteriores. Dessa forma, a caracterização de sustentabilidade do Paranacidade, está condicionada exclusivamente a decisão dos seus administradores em utilizar ou não o direito legal de contabilizar receitas previstas no Contrato de Gestão quando as receitas do Ato Conjunto firmado com a Agência de Fomento se mostrarem insuficientes.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2007.

Marcello Palamartchuk
Sócio – contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

QUADRO 1**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005****(Valores expressos milhares de reais)**

ATIVO	2006	2005	PASSIVO	2006	2005
		(Reclassificado)			(Reclassificado)
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	343	22	Fornecedores	396	270
Aplicações financeiras - (nota 4)	16.587	8.023	Salários e encargos sociais	231	230
Contas a receber - Agência de Fomento do Paraná S.A.	1.655	156	Obrigações sociais e fiscais	83	5
Prefeitura Municipal de Piraquara	74	61	Provisão para férias e encargos	905	1.038
Almoxarifado	44	20	Convênio de cooperação técnica - (nota 6)	8.054	
Adiantamentos a empregados	77	90	Outras contas a pagar	31	27
Outros créditos	95	17			
Total do ativo circulante	18.875	8.389	Total do passivo circulante	9.700	1.570
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
PERMANENTE			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Imobilizado - (nota 5)	1.612	1.858	Provisão para contingências - (nota 7)	83	
	1.612	1.858		83	
Total do ativo não circulante	1.612	1.858	Total do passivo não circulante	83	
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (nota 8)		
TOTAL DO ATIVO	20.487	10.247	Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
			Superávits (déficits) acumulados	6.138	4.111
			Total do patrimônio líquido	10.704	8.677
			TOTAL DO PASSIVO	20.487	10.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**
(Valores expressos milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u> (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL		
Receitas do contrato de gestão - (nota 1.a)	5.181	1.161
Receitas de ato conjunto - (nota 1.b)	7.021	7.117
Receitas financeiras	866	1.523
Outras receitas	<u>66</u>	<u>6</u>
	13.134	9.807
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal - (nota 9)	(8.228)	(8.434)
Despesas gerais - (nota 10)	(1.165)	(1.191)
Utilidades e serviços contratados - (nota 11)	(1.439)	(964)
Despesas tributárias	<u>(275)</u>	<u>(528)</u>
	<u>(11.107)</u>	<u>(11.117)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u><u>2.027</u></u>	<u><u>(1.310)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**
(Valores expressos em milhares de reais)

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	4.566	5.421	9.987
Déficit do exercício		(1.310)	(1.310)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	4.566	4.111	8.677
Superávit do exercício		2.027	2.027
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	4.566	6.138	10.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE****DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005.****(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2006</u>	<u>2005</u> (Reclassificado)
ORIGEM DOS RECURSOS		
Das operações:		
. Superávit do exercício	2.027	
Despesas que não afetam o capital circulante líquido:		
. Depreciação	<u>392</u>	
Recursos oriundos das operações	<u>2.419</u>	
Aumento do exigível a longo prazo	<u>83</u>	
Total das origens	<u>2.502</u>	
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Nas operações:		
. Déficit do exercício		1.310
Despesas que não afetam o capital circulante líquido:		
. Depreciação		<u>(444)</u>
		<u>866</u>
No permanente:		
. Aquisição de ativo imobilizado	<u>146</u>	<u>553</u>
Total das aplicações	<u>146</u>	<u>1.419</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>2.356</u>	<u>(1.419)</u>
A VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO É ASSIM DEMONSTRADO		
Ativo circulante:		
No fim do exercício	18.875	8.389
No início do exercício	<u>8.389</u>	<u>9.545</u>
	<u>10.486</u>	<u>(1.156)</u>
Passivo circulante:		
No fim do exercício	9.700	1.570
No início do exercício	<u>1.570</u>	<u>1.307</u>
	<u>8.130</u>	<u>263</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>2.356</u>	<u>(1.419)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expresso em milhares)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, Entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, tem como atividades principais:

- cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela Entidade;
- executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus Municípios;
- constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das Entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
- atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus Municípios;
- contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
- incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e Entidades públicas ou privadas, relacionados à

sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

- publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;
 - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
 - propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.
- a. A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996, atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita (ata da 84ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S/A abaixo do orçado, fez a Administração decidir por apropriar-se de 8% das liberações à Sanepar e este procedimento foi estendido também à Cohapar no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

- b. Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 22 de janeiro de 2002, com a Agência de Fomento do Paraná S.A., voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a ser processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2006, a Entidade recebeu R\$ 7.021 (2005 – R\$ 7.117) por conta desse Ato Conjunto.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) – Apresentação e Divulgações, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 488, naquela mesma data; e Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo Ibracon, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 489, naquela mesma data. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às deliberações mencionadas, e permitir aos usuários a comparabilidade com o exercício corrente. A principal alteração resultante da aplicação dessas Deliberações foi a apresentação do grupo “Não circulante” no ativo e no passivo.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Os demais ativos circulante e a longo prazo, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização.

b. Ativo permanente – imobilizado

É apresentado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 5.

c. Passivo circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

d. Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

e. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

A provisão de férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

f. Novos padrões de apresentação

A Deliberação CVM nº 488/2005, cuja entrada em vigor foi alterada pela Deliberação CVM nº 496/2006, converge com as práticas contábeis internacionais ao aprovar o Pronunciamento IBRACON nº 27/2005, estabelecendo novos padrões de apresentação e divulgação de demonstrações contábeis.

Como consequência do citado pronunciamento do IBRACON, o Ativo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante, sendo este último desmembrado em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido. O Passivo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante.

Dessa forma, as presentes demonstrações contábeis estão apresentadas em consonância com os novos padrões estabelecidos. Os saldos contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificados para permitir uma adequada comparação.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2006	2005
Banco do Brasil	FIF	Variáveis	Imediato	10.995	3.086
Banco Bradesco	CDB	1,35%	jan/06		4.937
Banco Bradesco	FIF	Variáveis	Imediato	5.592	
				<u>16.587</u>	<u>8.023</u>

5. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2006	2005
Terrenos		210	210
Edificações	4	604	604
Microcomputadores e software	20	1.118	1.118
Moveis e utensílios	10	719	706
Veículos	20	786	988
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	88	60
Equipamentos, sistema de telefonia e telemática	20	1.058	1.058
Outras imobilizações	10	150	169
		4.733	4.913
(-) Depreciação acumulada		(3.121)	(3.055)
		<u>1.612</u>	<u>1.858</u>

6. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA. Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de Unidade de Saúde, de forma a viabilizar a implementação do Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral a Mulher e a Criança.

No exercício de 2006 a Entidade recebeu R\$ 9.000 mil, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	Total
SESA / ISEP	9.000	294	(1.161)	(79)	8.054
	<u>9.000</u>	<u>294</u>	<u>(1.161)</u>	<u>(79)</u>	<u>8.054</u>

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências foi constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade, a qual é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com estes processos. Os depósitos judiciais foram reclassificados de acordo com a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.066, de 21 de dezembro de 2005.

	2006	2005
Processos trabalhistas	102	51
Processos cíveis	36	
	138	51
(-) Depósitos judiciais	(55)	(51)
	83	

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo superávit apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da Entidade.

9. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2006	2005
Salários e gratificações	4.661	4.667
Encargos sociais	2.143	2.108
Assistência médica e social	259	260
Outras despesas com pessoal	1.165	1.399
	8.228	8.434

10. DESPESAS GERAIS

Descrição	2006	2005
Depreciações e amortizações	392	444
Acordos e convênios	54	80
Aluguéis	191	183
Material de consumo	188	136
Viagens e representações	123	161
Combustível	128	104
Outras	89	83
	<u>1.165</u>	<u>1.191</u>

11. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2006	2005
Telefone e fax	195	203
Serviços de informática	176	143
Propaganda e publicidade	194	116
Higiene e limpeza	171	121
Feiras e eventos	68	103
Correios	34	35
Manutenção e reparos	85	36
Refeições	8	14
Consultorias	252	
Auditoria	44	59
Elaboração de projetos	83	18
Outras Despesas	129	116
	<u>1.439</u>	<u>964</u>

12. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma Entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSSL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A Administração tem ciência que existem aspectos controversos e inconclusivos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais, e por este motivo, por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

13. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	343	343
Aplicações financeiras	16.587	16.587
	<u>16.930</u>	<u>16.930</u>

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2006, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

* * *

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005, E PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005***

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do superávit

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações e recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e conselheiros

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaense)

Curitiba-PR

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, os superávits de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e conselheiros
Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)
Curitiba-PR

- 4 O Fundo foi instituído com o objetivo específico de promover, incentivar e financiar projetos voltados ao desenvolvimento urbano, mediante concessão de financiamentos aos municípios do Estado do Paraná. Entretanto, a Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal) vedou a concessão de operações de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por intermédio de Fundos, Autarquias, Fundações ou Empresas Estatais independentes. Visando a manutenção das atividades operacionais do Fundo, o Governo do Estado do Paraná vem efetivando as operações de financiamento aos municípios através da Agência do Fomento do Paraná – AFPR, provendo os recursos àquela instituição mediante redução de seu patrimônio junto ao Fundo e capitalização desses recursos junto àquela Instituição. O impacto destas medidas refletiu na retirada acumulada de R\$ 517.000 mil até 31 de dezembro de 2006 (R\$ 307.000 mil em 2005) do FDU. Ademais, conforme nota explicativa 6, a Secretaria de Estado da Fazenda emitiu um Ofício esclarecendo que cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmados em 23 de outubro de 1996. Assim, considerando que não obtivemos documentação que detalhasse o teor do referido documento, e tampouco a resposta de circularização daquela Secretaria, confirmando o montante da dívida com o FDU, não é possível nesse momento estimar eventuais impactos nas demonstrações contábeis do FDU, decorrentes da não realização dos créditos a receber daquela Secretaria.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2007.

Marcello Palamartchuk
Sócio – contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

QUADRO 1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expressos milhares de reais)

ATIVO	2006	2005 (Reclassificado)
CIRCULANTE		
Aplicações financeiras - (nota 4)	254.955	355.243
Empréstimos e subempréstimos concedidos - (nota 5)	34.631	56.037
Recursos a receber da Secretaria da Fazenda - (nota 6)	6.000	6.173
Contas a receber	487	
Total do ativo circulante	296.073	417.453
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e subempréstimos concedidos - (nota 5)	87.208	78.985
Recursos a receber da Secretaria da Fazenda - (nota 6)	4.298	12.242
	91.506	91.227
Total do ativo não circulante	91.506	91.227
TOTAL DO ATIVO	387.579	508.680

PASSIVO	2006	2005 (Reclassificado)
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.246	556
Empréstimos - (nota 7)	10.910	4.510
Outras contas a pagar	52	136
Total do passivo circulante	12.208	5.202
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Provisões para contingências	431	431
Empréstimos e financiamentos - (nota 7)	208.585	151.428
	209.016	151.859
Total do passivo não circulante	209.016	151.859
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (nota 8)		
Recursos do Governo do Estado do Paraná	52.397	262.397
Superávits acumulados	55.963	89.222
Reserva conforme Decreto 5927-23.12.05	57.995	
Total do patrimônio líquido	166.355	351.619
TOTAL DO PASSIVO	387.579	508.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expressos milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u> (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL		
Financiamentos concedidos	14.749	18.723
Rendimentos de aplicações financeiras	36.275	42.149
Variação cambial líquida	14.191	5.875
Outras receitas	<u>2.139</u>	<u>411</u>
	67.354	67.158
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas - (nota 9)	(22.582)	(8.676)
Administração do contrato de gestão	(5.181)	(1.162)
Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos	(8.189)	(6.473)
Serviços de terceiros	(1.351)	(785)
Contrato Cohapar	(5.301)	
Outras despesas	<u>(14)</u>	<u>(40)</u>
	<u>(42.618)</u>	<u>(17.135)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u><u>24.736</u></u>	<u><u>50.022</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expressos em milhares de reais)

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits acumulados	Reserva conforme decreto 5927-23.12.05	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	262.397	39.200		301.597
Superávit do exercício		50.022		50.022
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	262.397	89.222		351.619
Redução de capital por transferência à Agência de Fomento do Paraná S.A.	(210.000)			(210.000)
Constituição de reserva - Decreto Estadual nº 5927 de 23.12.05		(57.995)	57.995	
Superávit do exercício		24.736		24.736
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	52.397	55.963	57.995	166.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expressos em milhares de reais)

	2006	2005 (Reclassificado)
ORIGEM DOS RECURSOS		
Das operações:		
. Superávit do exercício	24.736	50.022
Despesas que não afetam o capital circulante líquido:		
. Variações monetárias, cambiais e juros de longo prazo	(17.133)	(13.056)
	<u>7.603</u>	<u>36.966</u>
De terceiros		
. Aumento do exigível a longo prazo		431
. Redução do ativo realizável a longo prazo	44.176	65.515
. Empréstimos e financiamentos obtidos	<u>72.463</u>	<u>62.700</u>
	<u>116.639</u>	<u>128.646</u>
Total das origens	<u>124.242</u>	<u>165.612</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No permanente:		
. Financiamentos concedidos	42.628	19.257
. Redução de capital por transferência de recursos à Agência de Fomento do Paraná S.A.	<u>210.000</u>	
Total das aplicações	<u>252.628</u>	<u>19.257</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(128.386)</u>	<u>146.356</u>
A VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO É ASSIM DEMONSTRADA		
Ativo circulante:		
No fim do exercício	296.073	417.453
No início do exercício	<u>417.453</u>	<u>271.366</u>
	<u>(121.380)</u>	<u>146.087</u>
Passivo circulante:		
No fim do exercício	12.208	5.202
No início do exercício	<u>5.202</u>	<u>5.471</u>
	<u>7.006</u>	<u>(269)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(128.386)</u>	<u>146.356</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expresso em milhares)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, tem os seguintes principais objetivos:

- cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;
- executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus Municípios;
- constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
- atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos Estados e seus Municípios;
- contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
- incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;
- publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

- administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
- propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedado a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e 10.303/01), bem como com os procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Instituto dos Auditores do Brasil – IBRACON, sendo as mais significativas apresentadas no sumário a seguir:

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativo Circulante e não circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data de balanço.

b. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

c. Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

d. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da entidade a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

e. Novos padrões de apresentação

A Deliberação CVM nº 488/2005, cuja entrada em vigor foi alterada pela Deliberação CVM nº 496/2006, converge com as práticas contábeis internacionais ao aprovar o Pronunciamento IBRACON nº 27/2005, estabelecendo novos padrões de apresentação e divulgação de demonstrações contábeis.

Como consequência do citado pronunciamento do IBRACON, o Ativo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante, sendo este último desmembrado em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido. O Passivo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante. Dessa forma, as presentes demonstrações contábeis estão apresentadas em consonância com os novos padrões estabelecidos pelo IBRACON. Os saldos contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificados para permitir uma adequada comparação.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2006	2005
Banco do Brasil	CDB	1,33 a 1,54%	jan/06		4.252
Banco do Brasil	CDB-PÓS	Variável	set/07	47.673	41.525
Banco do Brasil	FIF	Variável	Liquidez imediata	77.231	200.116
Banco Itaú	CDB	1,34 a 1,55%	jan/06		20.680
Banco Bradesco	FIF	Variável	Liquidez imediata	11.916	10.440
Banco Bradesco	CDB	1,34 a 1,55%	jan/06		78.230
CEF	FIF	Variável	Liquidez imediata	118.135	
				<u>254.955</u>	<u>355.243</u>

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Programa	Encargos anuais	2006	2005
PPU	TR mais 8,85%	17.315	48.030
FDU	TR mais 8,85%	39.763	59.535
PPU II / SFM	TR + 8,85% e TJLP + 14,75%	64.761	27.457
		121.839	135.022
Menos - parcela de curto prazo		<u>(34.631)</u>	<u>(56.037)</u>
		<u>87.208</u>	<u>78.985</u>

PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano.

FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

PPU II/SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Os encargos e as amortizações são recebidos mensalmente em prazos remanescentes de até 07 anos que variam de acordo com a época da liberação dos recursos e prazos definidos contratualmente.

Como forma de garantia do pagamento dos empréstimos e subempréstimos concedidos, os municípios delegam ao agente financeiro Banco Banestado S.A. (Banco Itaú S.A.), poderes para reter o repasse das importâncias que lhes couberem no Fundo de Participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Por essa razão, o fundo não apresenta inadimplência.

O saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2006 será recebido como segue:

2008	36.268
2009	27.273
2010 a 2014	<u>23.667</u>
Total	<u><u>87.208</u></u>

6. RECURSOS A RECEBER DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Os recursos transferidos à SEFA, através do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, ainda não devolvidos ao FDU, foram convertidos em dólares norte-americanos, através do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, sobre os quais não incidem juros.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, os recursos retidos na SEFA, no valor equivalente a US\$ 4.816 mil, para pagamento do empréstimo contraído junto ao BID, originaram variação cambial passiva, no exercício de 2006, no montante de R\$ 1.114 (2005 – R\$ 2.931), que se encontra refletido na demonstração do superávit na rubrica “Receitas (despesas) com variações cambiais”.

Esses valores não têm prazo de vencimento e estão sendo amortizados através dos pagamentos, realizados diretamente pela SEFA de parte de Encargos e Amortizações do Contrato de Empréstimo nº 1.405/OC/BR, celebrado entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em 03 de julho de 2002, sob responsabilidade do FDU e Agência de Fomento do Paraná S.A..

Durante o exercício de 2006 foram amortizados R\$ 7.003 mil (2005 – R\$ 6.175 mil), a parcela de curto prazo corresponde a estimativa de valores que seriam recebidos no exercício de 2007.

Segundo o Ofício No. 364/2006-GAB, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, ficou acordado em reunião realizada em 21 de novembro de 2006, entre os representantes daquela Secretaria e do Serviço Social Autônomo Paranaense, que o Estado do Paraná cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao

Contrato de Gestão, firmado em 23 de outubro de 1996, estando sob responsabilidade da Administração elaboração de documentação hábil para ratificação deste acordo.

7. EMPRÉSTIMOS (CURTO E LONGO PRAZOS)

Refere-se ao contrato de empréstimo nº 1.405/OC-BR, celebrado em 03 de julho de 2002 entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de até o montante de US\$ 100 milhões, para prover recursos ao Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

De acordo com a Lei Estadual nº 13.614, de 05 de junho de 2002, o total de juros, encargos e amortizações, decorrente deste empréstimo, ficará sob a responsabilidade do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, gerido através do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná S.A.

O FDU mantém registrado a totalidade dos valores de juros, encargos e liberações dos recursos oriundos deste contrato, em decorrência do processo em andamento para definição do retorno dos recursos da Agência de Fomento para o Fundo. Tal processo está sendo conduzido pela administração da entidade no sentido de adequar a legislação voltada à Agência de Fomento e ao FDU, para respaldar o retorno de recursos ao Fundo provenientes dos lucros das operações de crédito realizadas pela Agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – Paraná Urbano II, para composição de reservas para o pagamento do empréstimo em questão.

Sobre os recursos advindos deste empréstimo para o FDU incidem encargos anuais com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 4,16% ao ano.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, tais recursos equivalentes a US\$ 100.000 mil (2005 – US\$ 64.693 mil), originaram variação cambial ativa, no exercício de 2006, no montante de R\$ 15.305 (2004 – R\$ 8.806), que se encontra refletida nas Demonstrações Contábeis.

O empréstimo é garantido por aval concedido pelo Tesouro Nacional. As parcelas de amortização de longo prazo tem vencimentos semestrais nos meses de janeiro e julho de cada ano, após seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, que ocorreu em agosto de 2006. A amortização terá início em julho de 2007 e a última parcela deste empréstimo dar-se-á em julho de 2027.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná: relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do superávit (déficit) apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, do Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital,

condicionada às disponibilidades de recursos do FDU, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2006, o valor de R\$ 517.000 (307.000 mil em 2005) de recursos do FDU foi transferido à referida Agência.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governo do Estado do Paraná, fica inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU, que em cada exercício financeiro, poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2006, foram destinados recursos, na forma estabelecida, referente ao resultado líquido dos últimos três exercícios financeiros, estando refletido nas Demonstrações Financeiras o montante de R\$ 57.995 (fonte de recursos FDU/Renda Líquida).

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2006	2005
Rádio e Televisão Educativa do Paraná	Convênios nºs 001/2003/SEDU/PVC e 001/2005/SEDU/PVC	2.270	127
Federação das associações dos municípios do Paraná	Convênio nº 001/2004/SEDU	611	264
Museu Oscar Niemeyer	Convênio nº 001/2004/SEDU/PVC	1.333	931
Cine Teatro Ópera	Convênio 019/2002/SEDU/PVC		1.216
SEBRAE	Convênio nº 002/2003/SEDU	120	160
Cine Império	Convênio nº 003/2003/SEDU/PVC	1.747	177
Programa Sistema Transporte Urbano	Conv.Coop.Téc. ATN/JF-7378/BR	757	1.023
Planos Divulgação obras PPU II	Convênios nº 029/2004/PU/SEDU e 011/2005/PU/SEDU	2.052	3.561
Política Desenv.Regional	Convênio 002/2005	1.585	1.193
Programa de Valorização Cultural		4.052	
Despesas com recursos da fonte Renda Líquida - Decreto 5927 de 23.12.2005		7.958	
	Outros	97	24
		<u>22.582</u>	<u>8.676</u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados

para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado
Aplicações financeiras	254.955	254.955
Empréstimos e subempréstimos concedidos	121.839	121.839
	<u>376.794</u>	<u>376.794</u>

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

• Aplicações financeiras

Os saldos em aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

• Derivativos

A Entidade administradora do Fundo tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2006, o Fundo não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

X - ANEXO

- **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DELIBERAÇÃO

Nº 001/07

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 104ª Reunião Ordinária realizada em 23 de abril de 2007.

RESOLVE

- I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente o exercício de 2006, bem como as “DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”, apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da BDO TREVISAN – Auditores Independentes;
- II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas.
- III. Aprovar a relação das licitações do período de 20/11/2006 a 19/04/2007.

Curitiba, 23 de abril de 2007.

Presidente do Conselho de Administração